

MIGRAÇÕES INTERNAS E DE MÉDIA DISTÂNCIA EM PORTUGAL DE 1500 A 1900 *

por
ANTÓNIO DE OLIVEIRA **

1. Do campo epistemológico dos anos trinta deste século fazia parte o regionalismo¹. Geógrafos e historiadores não deixaram, por isso, de se debruçar sobre o regional e o local, datando de então os primeiros estudos estatísticos modernos sobre as migrações internas e a compreensão global do fenómeno².

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada na «I Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Histórica», subordinada ao tema «Migrações internas e de média distância na Europa, 1500-1900», realizada em Santiago de Compostela de 22 a 25 de Setembro de 1993, e publicada no segundo volume das pré-actas, pp. 1-25 e vol. III, pp. 85-120. Republica-se com novos dados, correcções e respectivas notas, as quais não constam da primeira redacção. Agradecemos ao Prof. Eiras Roel, presidente da Comissão Executiva da Conferência, a autorização que nos concedeu para de novo publicitar o texto. Migra, agora, para o Arquipélago, povoado de páginas de lembrança e de saudade, como singela homenagem à memória da Dr.^a Maria Olímpia da Rocha Gil, primeira migrante, segundo creio, das arroteias do vale do Mondego, nos inícios promissores de uma carreira de investigação devotada.

** Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

¹ Uma tomada de posição: GIRAÓ, Aristides de Amorim — *Esboço duma carta regional de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1939 (1.^a ed., 1930). Para o seu enquadramento epistemológico, vide OLIVEIRA, António de — *Problemática da história local*, a publicar nas actas do colóquio «O Faial e a Periferia Açoreana», realizado em Maio de 1993.

² Tenham-se em conta, principalmente, os trabalhos dos geógrafos Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Fernandes Martins e Virgílio Taborda, os quais vão citados *infra*. Como notava J.-P. Poussou em 1970, para França, o estudo dos movimentos migratórios,

A renovação actual dos estudos regionais e locais volta a recolocar a problemática no campo do saber interdisciplinar³. Para estudá-la de modo diversificado, como ainda se acentuava em 1985, ao serem consideradas as migrações internas a partir das referências do recenseamento da população portuguesa de 1981, faltam os adequados elementos estatísticos: «No âmbito das estatísticas demográficas correntes, são sem dúvida as estatísticas das migrações que representam no quadro do aparelho estatístico nacional, as maiores lacunas»⁴. Dificuldades que são acrescidas quanto mais se recua no tempo no tocante à mobilidade da população em geral e de modo muito mais acentuado quanto às migrações internas, «das quais sobretudo dependem as modificações estruturais da população local e regional»⁵.

Se a análise, por este motivo, não é fácil, a síntese, a nível regional e nacional ao longo de quatro séculos, poderá ter apenas um sentido indiciário antes dos recenseamentos gerais da população. Os múltiplos resultados locais apurados, díspares e desfasados cronologicamente, não podem, com efeito, alicerçar a construção do conjunto, a qual implica uma investigação dirigida neste sentido. A prioridade estará, certamente, do lado dos que circulam na região e não dos que sobrevoam o país⁶.

nomeadamente os deslocamentos estacionais e temporários, foram até então sobretudo tratados pelos geógrafos e revistas de geografia. (POUSSOU, Jean-Pierre — *Les mouvements migratoires en France et à partir de la France de la fin du XVe siècle au début du XIXe siècle: approches pour une synthèse*, «Annales de Démographie Historique», ano de 1970, p. 12). Vide também RIBEIRO, Orlando — *Deslocamentos da população em Portugal. Programa de um estudo*, «Revista da Faculdade de Letras», Lisboa, 1940-41, tomo VII, n.ºs 1 e 2, pp. 318-325.

³ Como sublinhava já, em 1973, por exemplo GIARD, Vincent — *Modèles descriptifs et prévisions à moyen et long terme des phénomènes migratoires*, in «Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse», actas do «IV^e Colóquio Nacional de Démographie», Paris, CNRC, 1975, p. 375. (O colóquio foi realizado em Caen no ano de 1973).

⁴ CONIM, Custódio N. P. S. — *Migrações internas em Portugal — 1981*, «Revista do Centro de Estudos Demográficos», n.º 27, Lisboa, INE, 1955, p. 13.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Não excluindo, como é óbvio, as sínteses orientadoras de voos cimeiros.

Limitar-me-ei, por isso, a percorrer posições que valerão apenas como pontos de observação possível. Começarei por revisitar o sentido da sedentariedade, antes de percorrer os grandes caminhos da movimentação da população em Portugal. Acompanharei depois as migrações do trabalho temporário e sazonal, a mobilidade dos universitários e da minoria dos cristãos-novos, antes de encontrar as migrações permanentes e os centros beneficiários destas atrações. Em intenção de estudo ficam «os espaços vividos e investidos» dos migrantes, com toda a complexa problemática inerente, ultrapassando, metodologicamente, o estudo da «intensidade e composição dos fluxos, causas e consequências»⁷.

2. Como outras populações do continente europeu do seu tempo, a população portuguesa caracteriza-se pela sedentariedade da maioria e a mobilidade de muitos dentro (ou fora) das fronteiras nacionais⁸. Com efeito, uma minoria da população portuguesa mudava de residência de uma para outra circunscrição administrativa.

O conceito de migração, como se sabe, «não é fácil de definir nem de quantificar»⁹. Uma das suas definições traduz, porém, a «passagem de um espaço de vida para outro espaço de vida», cujas características evoluem com o tempo.

As sociedades locais em Portugal dos séculos XV a XVIII viviam — e continuaram a viver, em medida variável, no século XIX —, em auto-consumo, um elemento importante da estrutura económica¹⁰. Nestas condições, «a residência confundia-se com o

⁷ Vide ROSENAL, Paul-André — *Mantien/rupture: un nouveau couple pour l'analyse des migrations*, «Annales. Économies. Sociétés. Civilisations», 1990, n.º 6, pp. 1403-1431.

⁸ Na Inglaterra, «só uma pequena minoria morre onde nasceu». (SOUDEN, David — *Internal and medium distance migration in early modern Great Britain. 1500-1750*, in «I Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Histórica». Pré-Actas. Vol. I. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia e CIDH, 1993, p. 118).

⁹ BAINES, Dudley — *Internal and medium distance migration in Great Britain*, in «I Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Histórica». Pré-Actas. Vol. I. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia e CIDH, 1993, p. 132.

¹⁰ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa, Vega, 1988, p. 373 ss., entre outras.

lugar de trabalho, sendo as relações familiares estreitadas pela endogamia» geográfica e social. «Deixar a aldeia, afastar-se alguns quilómetros, representa, assim, uma mudança de existência, uma verdadeira migração»¹¹.

Esta mobilidade dentro das fronteiras acelera-se a partir dos meados (ou pouco antes) do século XVIII. Retrai-se ao tempo das invasões francesas e lutas liberais e retoma a partir dos meados do século XIX, conduzida em parte pelo acelerar da construção das estradas, do caminho de ferro e o desenvolvimento da urbanização¹².

Pelos meados do século XVI, a sedentariedade do camponês era ainda associada a outras representações do povo, sendo uma delas a cobardia em oposição à nobreza. Com efeito, como se exprime, para Espanha, o autor de *El Cróton*, os camponeses nunca se atrevem a «hacer mudanza de la tierra donde nacen; porque una legua de sus lugares les parece que son las Indias; y imaginan que hay allá gentes que comen los hombres vivos»¹³. «Raras vezes, dirá por sua vez Rafael Bluteau, no segundo decénio do século XVIII, saem as aves do bosque, em que tiveram o seu ninho»¹⁴.

Para lá da fronteira da paróquia da sua pátria ficava, na verdade, a terra do outro, do estranho, de quem não pertencia à comunidade, o que não era vizinho, não era morador.

A ultrapassagem dos limites da paróquia por motivo de casamento ou pastagens, por exemplo, ocasionava violência, de modo muito frequente. Para o final do século XVIII, Bacelar Chichorro reconhecia ainda a hostilidade, «a ridícula diferença de vizinho», como um dos entraves à mobilidade. A hostilidade local, como a nacional, dificultava, com efeito, as deslocações. «Um homem da classe pequena», como acentua Bacelar Chichorro, «não podia passar os limites do seu termo

¹¹ BRUNET, P. — *Pour une nouvelle definition de la migration*, in «Migrations intérieures», cit., p. 527 ss.

¹² A julgar pelos dados conhecidos, adiante referidos. Não estamos a considerar os deslocamentos provocados pela guerra.

¹³ VILLALÓN, Cristóbal de — *El Cróton*. Madrid, Col. Austral, 1973, p. 61. Com medo de migrar, o camponês morre à fome pelas imposições tributárias dos «fidalgos».

¹⁴ BLUTEAU, Rafael — *Vocabulario portuguez e latino [...]*. Lisboa, 1720, voc. *Pátria*, p. 320.

sem ser escoltado ou correr o risco de ser despedaçado». A situação, no entanto, como confessava em 1795, começava a modificar-se, não obstante os ainda continuados conflitos entre aldeias ¹⁵.

O essencial da mobilidade efectuava-se, assim, no interior da paróquia ou dentro do campo sonoro do sino da igreja, coração da aldeia, que poderia ouvir-se, sendo um bom sino, a umas duas léguas de distância ¹⁶, o que já implicava a travessia dos limites da comunidade local, mas poucas vezes os do concelho.

Para lá da audição do sino, para além dos limites da comunidade, o rural poderia percorrer quando muito cinco léguas, distância teórica que lhe permitiria ir à sede da circunscrição administrativa e voltar a casa no mesmo dia, movimentando-se dentro do seu concelho. O mercado, a feira, a festa, por vezes o notário ou o seguimento da justiça poderiam exigir percurso mais longo ¹⁷. Razões suficientes para animar quotidianamente uma cidade, como por exemplo o Porto, na qual diariamente entrariam, nos finais do século XVIII, tratando da sua vida, uns 10.000 indivíduos, cálculo um pouco exagerado se representa um sexto dos efectivos, como pretende Rebelo da Costa,

¹⁵ CHICHORRO, José de Abreu Bacelar — *A memória económico-política da Província da Estremadura*. Publicada por AMZALAK, Moses Bensabat. Lisboa, 1943, pp. 36 e 94, texto e nota (a). Trata-se da rivalidade entre as povoações vizinhas. Sobre estas vide, por exemplo, CRESPO, Jorge — *A história do corpo*. Lisboa, DIFEL, 1990, p. 315 ss.

¹⁶ Como informa, para os Açores, Gaspar Frutuoso. *Apud* BRAGA, Teófilo — *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. I, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985, p. 87. Tenha-se em conta, no entanto, que a aldeia imóvel, nos séculos XVI e XVII, é um mito há muito desfeito. (VASSBERG, David E. — *Life-cycle service as a form of age-specific migration in the 16th and 17th centuries: Rural Castille as a case study*, in «I Conferencia [...]», cit., vol I, p. 310).

¹⁷ Sobre a miniaturização do espaço político tradicional, vide HESPANHA, António M. — *Visperas del Leviathan. Instituciones y poder político. (Portugal, siglo XVII)*. Madrid, Taurus, 1969, p. 81 ss. Indo até à cabeça de comarca, os litigantes poderiam ter de percorrer umas 8 ou 10 léguas. (CHICHORRO, José de Abreu Bacelar, *ob. cit.*, p. 83). (O círculo dos ouvidores era de 10 léguas). Para efeitos de custas do processo seriam contadas, no máximo, seis léguas por dia. (*Ordenações Filipinas*, liv. I, t. 91, n.º 13). Jerónimo Münzer, em finais de 1494, percorreu diariamente entre 8 e 9 léguas (por vezes 12), deslocando-se de Lisboa a caminho de Santiago de Compostela. (MÜNZER, Jerónimo — *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*. Madrid, Ediciones Polifemo, 1991, p. 183 ss.). Distância que estava dependente, obviamente, do meio de transporte.

dado que a cidade albergaria apenas umas 50.000 pessoas. Ao tempo das festas, no entanto, de acordo com as estimativas do mesmo autor, a população cresceria uns 60%, atingindo os 100.000¹⁸. A base do cálculo está exagerada, considerando o censo de Pina Manique, mas retenha-se a capacidade mobilizadora da festa e a ideia de que, pelo menos para Inglaterra antes de 1660, «uma cidade só era verdadeiramente cidade quando os camponeses afluíam às suas ruas por ocasião de uma feira ou mercado»¹⁹.

Para o efeito de feiras ou de festas muito solenes, como a do Corpo de Deus, as populações dos termos dos concelhos poderiam ser obrigadas, até uma certa distância, a estarem presentes nas sedes dos concelhos. Micro-mobilidade, como é óbvio, que nada terá a ver com migrações, nem com a errância, bem sentida ao tempo das crises de subsistências, mas que ajuda a compreender a sedentariedade, vivida forçosamente de modos diversos. Há gente que ainda há menos de dez anos, como se verificava, por exemplo, na Gândara (situada a Oeste de Coimbra), que nunca saiu do seu concelho ou mesmo da sua freguesia²⁰. Em Loulé, de 1810 a 1820, utilizaram os passaportes internos cerca de 9% dos seus moradores, tendo a mobilidade dos rurais atingido cerca de um terço do conjunto do concelho. Mas numa aldeia de Barcelos (Ginzo), 20% da sua população ausentou-se ao longo de 1745-1828²¹. E no distrito de Coimbra, em 1858, o registo de passaportes internos indica que cerca de 10% da sua população se

¹⁸ COSTA, Agostinho Rebelo da — *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. Porto, 1945, 2.^a ed., p. 77.

¹⁹ SANTOS, Cândido dos — *A população do Porto de 1770 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana*. Porto, 1979, p. 12. (Separata da «Revista de História» vol. I, 1978). O cálculo de Rebelo da Costa inclui gente que não figura nos róis dos confessados (*ob. cit.*, p. 79). Para a citação cf. BARRY, Jonathan — *Identité urbaine et classes moyennes dans l'Angleterre Moderne*, «Annales, ESC», 1993, n.º 4, p. 861.

²⁰ Cf. CRAVIDÃO, Fernanda Delgado — *A população e o povoamento da Gândara (Génese e evolução)*. Coimbra, CCRC, 1992, p. 329.

²¹ MIRANDA, Fernando António da Silva — *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa. 1567-1889*. Braga, 1992, p. 144. Pude consultar o capítulo V desta tese de Mestrado graças à amabilidade da Prof. Norberta Amorim, a quem publicamente renovo os meus agradecimentos. Os dados referentes a Loulé foram calculados a partir de Artur Ângelo Barracosa Mendonça, *Migrações internas a partir de Loulé (1810-1820)*. Trabalho escolar orientado por nós. A população de base considerada foi a de 1801.

movimentou ao longo desse ano²². Percentagem semelhante à dos que, no dia em que se elaborou o censo de 1890, dormiram, por acaso, fora da residência habitual²³.

Ao galgar os limites da comunidade, o rural ou o urbano não podia livremente circular para lá de certa distância, pelo menos entre 1760 e 1863²⁴. Ao longo de mais de um século, com efeito, os portugueses, quando se deslocavam, tinham necessidade de exhibir, assim como os estrangeiros, uma autorização especial, um passaporte interno, do qual constavam, para além dos sinais de identificação, a duração, objectivo e caminho da viagem.

Os transeuntes ficaram, assim, sob vigilância, como já tinham estado em 1755, a seguir ao terramoto, os «criados de escada abaixo, galegos e homens de trabalho» que, em Lisboa, se tumultuaram. A fim de controlá-los, foi então decretado «que ninguém pudesse sair do reino ou passar de uma província a outra sem levar passaporte»²⁵.

²² Número de passaportes em ROQUE, João Lourenço — *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*. Vol. I, tomo II. Coimbra, 1982, p. 659, nota 99. Os possíveis estrangeiros ou os nacionais em trânsito fora do distrito de Coimbra ficaram incluídos no cálculo. Em Loulé, 18,8% dos passaportes não são de residentes.

É possível calcular o trânsito em pontes e barcas de passagem, por exemplo. Assim, em 1845, pela ponte de Sacavém transitaram diariamente mais de 250 pessoas, a pé ou em transporte. (MATOS, Artur Teodoro de — *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1730-1850)*. Ponta Delgada, 1980, p. 563). Considere-se que Giusep Gorani, por volta de 1765-1767, anotava: «O português não viaja [...]. Vão frequentemente às colónias, raramente ao estrangeiro e é extraordinário viajarem no seu próprio país. Era mais fácil encontrar um navio para Goa ou para o Brasil, do que uma carruagem para Coimbra ou para Braga». (*Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*. Lisboa, Ática, 1945, p. 99). Há edição recente (1992), Círculo de Leitores.

²³ O recenseamento de 1890 registou 46.040 transeuntes (incluindo Açores e Madeira).

²⁴ Criados pelo alvará, com força de Lei, de 25 de Junho de 1760 e regulamentado em 13 de Agosto de 1760 e 23 de Maio de 1767. Para o século XIX, pelo menos, há diversa legislação sobre o assunto, recenseada e aproveitada, por exemplo, por RODRIGUES, Henriques Fernandes — *A emigração do Alto-Minho, 1835-1860. A miragem do Brasil*. Porto, 1991, p. 12 ss. (diss. de Mestrado, polic.). Os passaportes internos foram abolidos pela carta de lei de 31 de Janeiro de 1863, sancionando o decreto das cortes de 12 do mesmo mês.

²⁵ Carta régia de 5 de Novembro de 1755, extractada em PESTANA, Manuel Inácio — *Subsídios documentais dos livros do Senado Municipal, «A Cidade*. Revista

Alguns anos depois, a Intendência Geral da Polícia, ao ser criada, estendeu a vigilância a todos os passaportes, sendo o poder localmente sediado advertido, com insistência, ao longo dos anos, quanto à necessidade do cumprimento da lei²⁶.

Um dos crimes que se procurava prevenir ou punir era o dos refractários ou desertores do exército, para além dos roubos e o movimento de «marginais» facinorosos que enxameavam o país, muitas vezes sob disfarce de pobres de Deus²⁷.

Uma das formas que os refractários ao serviço militar e os desertores costumavam utilizar para fugir à justiça era a de se incorporarem nos ranchos de trabalhadores que seguiam o caminho do Alentejo ou de outras regiões, ou de se misturarem com os pescadores, como acontecia com os de Íhavo e Ovar quando iam trabalhar no seu ofício para Lisboa²⁸.

Tanto os ranchos migratórios como os pescadores, para além de outras excepções consignadas na lei, estavam isentos de apresentação

Cultural de Portalegre», n.º 7, 1992, pp. 262-263. Apresenta também trechos de passaportes internos.

²⁶ Há muitos exemplos. Pelos finais do século XVIII, segundo o testemunho de Link (e pelo menos com ele) as cidades de Coimbra, Porto e Évora eram as que menos caso faziam do cumprimento da lei. (LINK, Henrich Friederich — *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799. Suivi d'un essai sur le commerce en Portugal*. Tomo II. Paris, 1803, p. 175).

A distância para além da qual se tornava necessário um passaporte interno parece ter variado ao longo do tempo. Em 1760, as pessoas que por terra abasteciam Lisboa só precisavam de passaportes se vissem para lá de cinco léguas da capital. Pelo país, a área circunscrita seria então a da comarca, sendo isentos os «regularmente» conhecidos. (Feirantes e marchantes, por exemplo, tirariam apenas um passaporte anual para cada província). Em 1761, porém, foi determinado, sob pesada pena, que ninguém poderia sair de Lisboa em «embarcação, carruagem ou cavalgadura de aluguer ou de empréstimo», para além de três léguas, sem passaporte. A partir de 23 de Maio de 1767, porém, a área delimitada parece ter sido o perímetro do concelho. O que poderia exigir a exibição de passaporte para quem se destinasse, como acontecia em Loulé, a distâncias inferiores a dois ou três quilómetros. A área do termo é também a que consta do diploma de 19 de Fevereiro de 1811. Nesta data continuavam a observarem-se as excepções já previstas em 1760.

²⁷ Imagens da mendicidade em Lisboa, colhidas por estrangeiros, encontram-se reunidas, por exemplo, em SANTOS, Piedade Braga e outras — *Lisboa setecentista*. Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 49 ss.

²⁸ ROQUE, João Lourenço, *ob. cit.*, p. 658, nota 96.

de passaportes. No entanto, pelo menos em 1853, os ranchos passaram a ser obrigados a levarem uma guia de trânsito, destinada a controlar os refractários e desertores do exército, para além de outros fugidos à justiça²⁹.

A entrada em vigor dos passaportes internos dificultou, especificamente, a mobilidade de certas pessoas. Em 1767, por exemplo, a passagem de passaportes a «criado de servir, aprendiz de algum ofício, caixeiro de algum mercador ou homem de negócio», passou a ficar dependente, a fim de evitar a fuga sem prestação de contas, da autorização do respectivo «amo, mestre ou patrão».

Para além desta mobilidade específica, outros movimentos foram bloqueados em virtude dos entraves que a solicitação dos passaportes e o seu registo local levantavam, como já acentuava nos finais do século XVIII Bacelar Chichorro e outros defensores da liberdade da circulação das pessoas e mercadorias.

Não obstante, em termos genéricos, e na expressão de Paul Hazard, «os grandes clássicos são estáveis, os erradios serão Voltaire, Montesquieu, Rousseau»³⁰. Generalização, no entanto, que precisa de ser temperada a nível dos escolares universitários dos séculos anteriores e das peregrinações com vista à aprendizagem, como no século XVII testemunha Manuel Severim de Faria e, por antonomásia, no século XVI, a *peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, esse «romance da aventura portuguesa de Quinhentos», editada pela primeira vez em 1614³¹.

²⁹ *Ibidem*, p. 658, n.º 95. Nas vésperas da migração sazonal, as autoridades vigiavam para que não fossem incorporados nos ranchos mancebos recrutados. (Idem, p. 570).

³⁰ HAZARD, Paul — *A crise da consciência europeia. (1680-1715)*. Lisboa, Cosmos, 1971, p. 17.

³¹ Na Idade Média, «a itinerância marcou profundamente a mentalidade de então». O pedinte, por exemplo, «para além do quadro da sua localidade, auferia a subsistência itinerando permanentemente». (Vide ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Os caminhos e a assistência no norte de Portugal*, in «A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval». Lisboa, 1973, tomo I, pp. 39-57. Sobre a mobilidade medieval vide, por exemplo, GONÇALVES, Iria — *Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV*, «Arquipélago», série Ciências Humanas, Ponta Delgada, 1980, n.º II, pp. 119-142.

No século XVIII há, com efeito, «uma expansão renovada através do mundo», a qual será, no entanto, mais uma consequência do que uma causa do aumento da população³². Crescimento populacional maior na segunda metade do que na primeira, variando também neste sentido, pelo menos em alguns lugares, a migração interna³³.

Não é possível quantificar esta migração, a nível do país, antes de 1890. Neste ano, os não naturais residentes nos diversos concelhos representam um pouco mais de 10% da população do continente, ou seja, 473.294 indivíduos. Em 1900, a mobilidade passou para 13,4% e atingiu, em 1940, 16,8%, percentagem próxima (18,5%) à de 1981, mas agora incluindo Madeira e Açores. Mobilidade interna, assim, equivalente, em 1890, a 31,2% a mais do conjunto dos emigrantes saídos legalmente a partir de 1870. Mas de 1891 a 1900, embora os migrantes internos tenham aumentado 42,3%, a emigração cresceu, em relação à soma acumulada desde 1870, 84,6%, tendo assim ultrapassado os movimentos internos em 58.000 unidades, o que traduz uma preferência, na última década do século XIX, pela mobilidade que conduzia à saída do país³⁴.

Para os séculos XVI a XVIII, a população migrante no interior das fronteiras atingiu proporções inferiores, de cujas tendências de

³² Cf. BRAUDEL, Fernand — *Civilisation matérielle, économie, et capitalisme. XV^e-XVIII^e siècle*. Tome I. *Les structures du quotidien*. Paris, Armand Colin, 1979, p. 31.

³³ Crescimento absoluto e taxa de crescimento dependentes, como é óbvio, da fixação dos efectivos dos cálculos conhecidos. Tomadas de posição: MAGALHÃES, Joaquim Romero — *O Algarve económico. 1600-1773*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 28; (para a crítica ao censo de 1732, vide a edição policopiada); SILBERT, Albert — *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e-début du XIX^e siècle*. Paris, SEVPEN, 1966, p. 115 ss.; para Espanha, ROEL, Eiras — *Problemas demográficos del siglo XVIII español*, in «Estudios sobre agricultura y población en la España Moderna». Santiago de Compostela, Tórculo Ediciones, 1990, pp. 9-30.

³⁴ Cálculos estabelecidos tendo por base: apuramento dos efectivos dos censos, os constantes em SILVA, F. Marques da — *O povoamento da metrópole observado através dos censos*. Lisboa, CED, 1970, anexo III; apuramento dos não naturais: VIII Recenseamento Geral da População, Quadro 42; para 1981, vide CONIM, cit., (refiz cálculo); estatística da emigração: SERRÃO, Joel — *A emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 30 ss.; (com os clandestinos calculados, BAGANHA, Maria Ioanis B. — *Uma imagem desfocada — a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração*, «Análise Social», n.ºs 112-113, XXVI, 1991, 3.º e 4.º, pp. 736-737); não segui os cálculos de

crescimento se pode formar alguma ideia através da mobilidade dos nubentes não naturais do lugar onde casaram. Talvez se possa aproximar do mais comum dizer-se que, nos séculos XVI-XVIII, as localidades maiores (ou de maior desenvolvimento) atraíram nubentes na casa dos trinta por cento e que no século XIX a proporção se situaria dentro da margem dos quarenta por cento. Uma proposta confirmada por alguns exemplos, com a condição de se diferenciar a primeira metade do século XVIII da segunda e ter em atenção que a mobilidade no século XIX se intensificou a partir do fim das lutas liberais (1834) e da abolição dos passaportes internos (1863).

Assim, por exemplo, na freguesia da Sé, em Braga, de 1650 a 1679, 34,3% dos nubentes chegaram de além-arrabaldes³⁵. Em Guimarães, a média dos nubentes que de fora casaram na zona urbana, de 1660 a 1730, atinge 33,8%. De 1740 a 1819, a percentagem sobe para 46,6%, a denotar bem o aumento de crescimento na segunda metade do século³⁶. Imagem semelhante se colhe para Penafiel: 33,4% em 1700-1729; 34% de 1730 a 1750; 36,7% entre 1760-1784³⁷. Castro Vicente, por sua vez, ostenta 43,7% no período de 1691-1799³⁸.

Na comparação do século XVIII com o anterior, S. Pedro de Poiães, em Trás-os-Montes, segue tendência parecida, assim como

GIRÃO, Amorim — *Estudos da população portuguesa III. Migrações internas (1890-1940)*. Coimbra, CEG, 1948, p. 4. (Separata de «Biblos», vol. XXIV).

O censo de 1802 deve possibilitar, pelo menos para alguns pontos do país, a determinação da migração interna dado que regista «as pessoas de fora da freguesia que residem nela».

³⁵ MATOS, António Joaquim Costa — *A freguesia da Sé de Braga de 1650 a 1679. (Subsídios para uma monografia histórica)*. Coimbra, 1968, diss. de lic., polic.

³⁶ Sobretudo a partir de 1780. Nas zonas rural e mista o crescimento é mais evidente. Vide AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt — *Guimarães. 1580-1819. Estudo demográfico*. Lisboa, INIC, 1987.

³⁷ Cf. SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos — *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700-1729. (Ensaio de demografia histórica)*. Lisboa, CED, 1979; MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro — *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730-1759. (Ensaio de demografia histórica)*. Lisboa, CED, 1974; DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira — *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760-1784. (Ensaio de demografia histórica)*. Lisboa, CED, 1974.

³⁸ AFONSO, Berta das Dores — *Castro Vicente e a sua população de 1691 a 1799*. Coimbra, 1975. Diss. de lic., polic.

Rebordãos e Cardanha³⁹. Figueira da Foz, com um surto demográfico e económico nos últimos decénios do século XVIII, não se afasta deste ritmo. Acusa, no entanto, das invasões francesas às lutas liberais, um acentuado decréscimo. A média, no entanto, entre 1781 e 1860, é de 43,4%, tendo atingido os 48% entre 1781 e 1800 e subido para 51,11% de 1861 a 1910⁴⁰. Sentido secular que também se encontra na cidade de Coimbra: de pelo menos 28,5% de nubentes de fora da cidade no período de 1537-1640, passa-se, talvez, para uma média de cerca de 40% entre 1641-1689, a qual parece manter-se, no entanto, no século XIX (1804-1884)⁴¹. Paisagem geral que encobre, como demograficamente se sabe, muitos recantos.

3. A intensidade e a variação espacial dos movimentos migratórios internos dependem de múltiplos factores, entre os quais a linha de crescimento da população e a distribuição geográfica dos pólos de atracção.

³⁹ Cf. AMORIM, Maria Norberta — *S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830*. Bragança, 1983-84, sep. por fotocópia. (Inicialmente publicada na revista «Brigantia», vol. III, p. 5 ss. e vol. IV, p. 183 ss.; idem, *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. (Estudo demográfico)*. Lisboa, INCM, 1973; idem, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*. Lisboa, INE, 1980.

⁴⁰ Cf. CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira — *Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX*. «Revista de História Económica e Social», n.º 15, 1985, pp. 83-122; idem, *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral. Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*. Coimbra, 1989, p. 68 ss. (Diss. de doutoramento).

⁴¹ Cf. OLIVEIRA, António de — *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Primeira parte, vol. I e II. Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1971-1972. No século XVIII, em duas freguesias (S. Bartolomeu, 1726-1775; S. Cristóvão, 1707-1799), a mobilidade ultrapassou os 60% dos nubentes, num conjunto de cerca de 12% não identificados. (Diss. de lic., polic., depositadas na Fac. de Letras). Imagem que não deve reflectir o conjunto das paróquias (com parte rural), como sucede no século XIX, onde uma sondagem a uma parte da cidade, entre 1801 e 1881, deu apenas 45,4% de nubentes citadinos, em oposição aos globais 61% de 1804-1884. (Dados levantados, respectivamente, por Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira e por Paula Maria Lopes dos Santos Ribeiro com vista a trab. escolares). (Sondagens com intervalos de dez anos). Julião Soares procedeu, em regime de tarefa, à identificação geográfica, mas todas as localizações foram revistas por mim.

Nos últimos trinta e seis anos do século XIX, no tempo que decorre entre os recenseamentos de 1864 e 1900, a população portuguesa residente passou de cerca de 3,8 milhões para 5 milhões. Mas entre 1527 e 1732, ao longo, portanto, de dois séculos, o aumento teria sido de pouco mais de meio milhão ou mesmo nem isso. Em 1758 ultrapassava 2,5 milhões e nos inícios do século XIX atingia os 3 milhões.

De acordo com estes marcos simplificados do crescimento populacional, com paralelo noutros países, há, assim, um período antes e outro depois dos anos 20-30 do século XVIII. Um século depois, terminadas as guerras civis, a população orienta-se para um forte crescimento sustentado. De um densidade de cerca de 16 h/km² entre 1527-1532, atinge os 23-24 em 1732; chega aos 33,7 nos inícios do século XIX; e, em 1900, alcança os 57h/km². Estas densidades distribuem-se de modo muito diverso pelo território.

Sob o ponto de vista da «posição e do clima», Portugal divide-se, como sistematizam os geógrafos, em Norte Atlântico, Norte Trasmontano e Sul. A separação entre Portugal Atlântico e Portugal Mediterrâneo passa pelo «Baixo Mondego, a orla do maciço antigo e o sopé da cordilheira central»⁴². As maiores densidades populacionais encontramos-las no Norte Atlântico. Em 1527-1532, a densidade de Entre Douro e Minho era superior a 30 h/km². No Alentejo e Algarve, no entanto, as densidades andariam pelos 7,7h/km²⁴³.

Nos princípios do século XVI, o sul era, no entanto, proporcionalmente mais povoado do que hoje. Em 1527-1532, com efeito, Évora e o Algarve eram ainda centros polarizadores de população. Sobre ou a sul da Bacia do Tejo existiam 29 das 37 aglomerações com mais de 500 fogos⁴⁴. À medida que se progride no tempo, porém, o Sul

⁴² RIBEIRO, Orlando — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Sá da Costa, 1966, 4.^a ed., p. 144 ss.

⁴³ GODINHO, Vitorino Magalhães — *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1975, 2.^a ed., p. 24 ss.; GALLEGO, J. e S. DAVEAU — *O numeramento de 1527-1532. Tratamento geográfico*. Lisboa, CEG, 1986; idem, in RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann — *Geografia de Portugal. III. O povo português*. Comentário e actualização de Suzanne Daveau. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1969, p. 779 ss. Daqui em diante citada por *Geografia*.

⁴⁴ RIBEIRO, Orlando — *Cidade* in «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão.

perde população em relação ao Norte e ao Centro . Se, em 1527-1532, o Sul e o Centro albergavam quase tanta população como o Norte (54,2%), em 1940, por exemplo, as mesmas áreas Centro-Sul somavam apenas 38,5% da população total⁴⁵. E em 1970, as áreas dos modernos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro continham 9,8% dos portugueses contra 24,8% em 1527- 1532⁴⁶.

Os portugueses tenderão, assim, a caminhar de norte para sul, das altas para as baixas pressões demográficas. Este deslocamento tem profundas raízes históricas, vindas do tempo anterior à nacionalidade. Considere-se, por exemplo, que toda a alta nobreza do Algarve no século XV é oriunda da nobreza do Norte e Centro do país⁴⁷. Movimento, no entanto, que não pode encobrir a mobilidade dos algarvios e alentejanos em diversas direcções, incluindo a de Lisboa, ponto de encontro de uma parte de todos os fluxos migratórios.

O desequilíbrio demográfico não se fazia sentir, no entanto, apenas nesta direcção. Ainda mais acentuada, com efeito, se mantinha a diferença de densidades populacionais entre o litoral e a fronteira terrestre.

Em 1970, o litoral albergava 72% da população e o interior 28%, embora a razão das áreas fosse, respectivamente, de 1 para 2⁴⁸.

Esta desproporção era menor em 1864. Em 1805, a diferença era evidente, como bem mostra um mapa de densidades desta época, estando-se a meio caminho do desequilíbrio actual⁴⁹. Em 1527-1532, as mesmas áreas do litoral que serviram para os cálculos de 1970 apresentavam, no entanto, pouco mais de 52% da população total. E se recuássemos ainda mais, por exemplo a 1320-1321, verificaríamos, a partir do rol das igrejas, que a proporção da população do litoral em relação à do interior era bem menor que em 1527-1532⁵⁰.

⁴⁵ SILVA, José Gentil da — *Au Portugal: structure démographique et développement économique*, in «Studi in onore di Amintore Fanfani», vol. II, Milão, 1962, p. 509.

⁴⁶ MORAIS, Joaquim Pais e ALARCÃO, Alberto de — *A população de Portugal*. Lisboa, CED, 1976, p. 49 ss.

⁴⁷ MORENO, Humberto Baquero — *A nobreza do Algarve nos fins da Idade Média*. Coimbra, 1990. (Sep. da «Revista da Univ. de Coimbra», vol. XXXV).

⁴⁸ Áreas e sub-áreas calculadas pelos autores citados na nota 46, supra.

⁴⁹ Reprodução do mapa em SERRÃO, Joel — *Demografia portuguesa. 1800-1862*. Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 81-82.

Significam estes dados que a fronteira terrestre foi repulsiva pelo menos desde o século XV, início das descobertas e da expansão, constituindo o mar, desde então, um apelo constante dos portugueses.

De este para oeste e de norte para sul se deslocou, assim, uma boa parte dos migrantes internos entre 1500 e 1900. Pelas vias da conjuntura e do remoinho da vida se entreteceram, nos quadrantes destas direcções, outros sentidos, alguns dos quais conduziram, em termos de distância média, à Espanha e às ilhas atlânticas (Madeira, Canárias e Açores).

4.1. A mobilidade geográfica interna de Portugal medievo está documentada ou sugerida para diversos tipos de movimentos⁵¹. Especificamente, as migrações do trabalho temporário ou estacional, partindo do norte e centro em direcção ao sul, estão bem referenciadas, para o período que nos importa, a partir do século XV. Com efeito, as constituições sinodais do Porto de 1496 estabelecem já os dízimos pessoais — e a determinação encontra-se repetida nas da Guarda (1500), Braga (1505) e Coimbra de 1521 — que deviam pagar as pessoas que iam «à Estremadura ou a outras partes ganhar dinheiro a cavar ou a outros serviços»⁵². Movimento que certamente vinha de muito antes: em 1475, com efeito, encontramos no almoxarifado de Évora gente que por si ou antepassados chegou do norte, incluindo a Galiza, para além de outra oriunda de espaços diferentes, nomeadamente do centro e do interior⁵³. Ultrapassando o Alentejo e o Algarve, se transitou por terra, espalha-se pela Andaluzia, onde a sua presença, em

⁵⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, Presença, 1966, p. 17.

⁵¹ Para os séculos XII e XIII vide MATTOSO, José — *História de Portugal*. Vol. II, Lisboa (?), Círculo de Leitores, 1993, p. 247 ss. A acrescentar, depois, por exemplo, os coutos de homiziados.

⁵² Vide GARCIA Y GARCIA, Antonio — *Synodicon Hispanicum*. Vol. II. *Portugal*. Madrid, Editorial Católica, 1982; OLIVEIRA, António de — *Ob. cit.*, vol. I, p. 214.

⁵³ Vide GONÇALVES, Iria — *Amostra de antroponímia alentejana do século XV*, «Do Tempo e da História». Lisboa, 1971, vol. IV, pp. 173-212. Sobre migração interna para o Porto nas finais do século XIV, a partir da antroponímia geográfica: idem, *Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV*, «Revista da Faculdade de Letras», IV série, n.º 2, Lisboa, 1978, pp. 383-387.

Jerez de la Frontera, está documentada pelo menos desde o primeiro terço do século XV⁵⁴.

Entre os serviços sujeitos a dízimos pessoais estavam os prestados pelo trabalho temporário, nomeadamente o dos pedreiros, os quais, vindos de fora, já encontramos, não remontando agora ao românico, desde o século XV na construção de grandes edifícios, como o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) ao lado, aqui, de outros mestres oriundos do estrangeiro, nomeadamente de Aragão, Granada, Leão, Gasconha...⁵⁵

Um pedreiro castelhano, por sua vez, encontramos-lo em Santarém em 1453, ao lado de um serrador de Lisboa. Na mesma vila estão identificados outros profissionais portugueses «oriundos de longe», nomeadamente em 1490 e 1497, sendo um deles «mestre de carpintaria do rei». E nos princípios do século XVI depara-se-nos igualmente, em Santarém, um peneireiro de Freixo de Espada à Cinta (1506), um mestre de lagar e um moedor naturais de Montalegre (1509)⁵⁶.

As grandes edificações, para além de atraírem a mão-de-obra até algumas léguas em redor, chamavam, efectivamente, trabalhadores diversos como encontramos, para além dos casos já citados, e apenas a título exemplificativo, em certas obras da abadia beneditina de Tibães⁵⁷, na construção do mosteiro dos Jerónimos⁵⁸, do convento

⁵⁴ PÉREZ CEBADA, Juan Diego — *La emigración portuguesa a Jerez (ss. XVI-XVIII)*, in «I Conferencia [...]», cit., vol. II. p. 733 ss. com bibliografia sobre a migração portuguesa para a Andaluzia nos séculos estudados.

⁵⁵ GOMES, Saul António — *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*. Coimbra, Instituto. de Hist. da Arte, 1990, p. 445 ss.

⁵⁶ BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha — *Santarém medieval*. Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 1980, p. 215; idem, *Santarém Quinhentista*. Lisboa, 1981, p. 120.

⁵⁷ De Afife vieram para Tibães artífices de estuques, para além de trabalhadores braçais. Numerosos pagamentos de «afifanos» encontram-se registados a partir de 1725 e pelo menos até cerca de 1770. Informação gentilmente transmitida pelo Doutor Aurélio de Oliveira, contida na sua obra, em vias de publicação, *Itinerários do barroco. I. A abadia de Tibães*. Bem haja, Prezado Colega, por esta e outras localizações de seus textos, adiante citados.

Para o quadro histórico da abadia vide do referido autor *A abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo social e económico*. Porto, Faculdade de Letras, 1974, p. 45 ss.

⁵⁸ Para a lista de alguns operários dos Jerónimos vide, para além de Virgílio Correia, DIAS, Pedro — *Os portais manuelinos do mosteiro dos Jerónimos*. Coimbra, IHA,

de Mafra ou, ainda, no tempo de D. João V, do palácio real de Vendas Novas.

Nesta última localidade trabalharam artífices vindos de muitos pontos do país, mas sobretudo do Norte de Portugal. Com efeito, entre os 127 trabalhadores doentes que deram entrada no Hospital de Santo André de Montemor-o-Novo, entre Abril de 1728 e Fevereiro de 1729, estão bem identificados 111, oriundos, sobretudo, do arcebispado de Braga e dos bispados do Porto, Miranda, Lamego, Viseu, Coimbra, Guarda e Leiria, os quais totalizam 76,5%. Mas só de Braga, os doentes atingiam 52% (58 unidades)⁵⁹.

Por sua vez, em 1551, encontramos pedreiros da Batalha a trabalhar no mosteiro da Trindade de Santarém. Com o passaporte de pedreiros se deslocam, em 1854 a 1857, em direcção a Juromenha, moradores de Alvito S. Pedro (Barcelos).

No Minho, as deslocações dos trabalhadores da pedra — dentro do país ou de Espanha — parecem ter sido frequentes, como sugere uma canção popular, recolhida por Leite de Vasconcelos, se efectivamente não designa apenas o destino comum da emigração: «Sou do Minho, sou minhoto, / filho de uma minhoteira; /pego nos picos às costas, vou trabalhar para a Beira»⁶⁰.

Outros artífices, ratinhos, galegos ou mesmo outros estrangeiros, encontramos-los no Alentejo como cordoeiros, tosquiadores, capadores, caldeireiros, carvoeiros, etc., bem documentados pelo menos no século XIX.

Migrações de trabalhadores temporários deparam-se-nos ainda, no século XIX, na construção de estradas e do caminho de ferro.

Um outro tipo de mobilidade, quase ao jeito de vaivém, encontramos-la no Douro, entre os «cardanheiros», vindos do concelho

1993, p. 275. Uma temática a desenvolver, sob o ponto de vista das migrações, no tocante aos grandes edifícios.

⁵⁹ Cf. FONSECA, Jorge da — *Minhotos e beirões, construtores do palácio real das Vendas Novas*, «Almansor», n.º 5, 1987, pp. 37-43.

⁶⁰ VASCONCELOS, J. Leite de — *Cancioneiro popular português*. Coimbra, Universidade, 1975, vol. I, p. XXXVII. Um exemplo, para Galiza: FERNANDEZ CORTIZO, Camilo — «*Ganando la vida con el oficio de cantero*»: explotación campesina y emigración estacional en la Galicia occidental del siglo XVIII, «I Conferencia Europea [...]», cit., vol. II, pp. 337-353.

de Baião e de outras terras vizinhas. «Chegam às segundas feiras com um saquito de pão às costas e voltam para casa aos sábados». O patrão dá o caldo e sardinha⁶¹. Imagem pendular semelhante se nos depara, por exemplo, na cidade do Porto, para trabalho não agrícola⁶².

Por sua vez, durante os temporais, os pescadores da praia do Liz vão estacionalmente pescar para as águas do Tejo, onde são conhecidos pelos de Borda de Água por «avieiros»⁶³. Os de Buarcos e Lavos, por seu lado, «quando diminui a faina da pesca, vão tripular embarcações da Nazaré, Peniche e Cascais»⁶⁴. E nas marinhas de Alcácer e Setúbal, encontramos trabalhadores do próprio Alentejo, como ficou registado em Montemor-o-Novo, por exemplo, nos passaportes internos emitidos nesta localidade em 1810-1814. Alguns deles, atente-se, embora residentes em Montemor, eram naturais do norte do Tejo, nomeadamente do bispado de Viseu e Coimbra.

Um outro tipo de deslocamento, sobretudo no Alentejo, é o dos carvoeiros. Entre 1810 e 1817, foram passados pelo menos 20 passaportes internos (não há registos para todos os anos indicados) em Montemor-o-Novo, de transeuntes ligados a esta actividade — incluindo «empreiteiros, maiorais, criados e gente» —, que vêm trabalhar nas carvoarias (J. Fonseca). Muitos destes indivíduos, embora residentes em Montemor entre 1810-1817, eram oriundos do Norte do Tejo, a testemunhar, mais uma vez, a bacia emissora dos fluxos de migrantes.

No plano dos serviços, uma outra mobilidade se encontra bem documentada: a dos bufarinheiros e almocreves (recoveiros) antes

⁶¹ VASCONCELOS, J. L. — *Etnografia Portuguesa*. Vol. V. Lisboa, INCM, 1982, p. 650. As citações seguintes são deste vol.

⁶² Em 1881, por exemplo, dos arrabaldes do Porto vinham trabalhar para esta cidade operários que chegavam «aos bandos à segunda-feira da madrugada, regressando ao sábado. Traziam a saca com broa para toda a semana». (Citado por ALVES, J. F. na p. 97, nota 14 da obra indicada infra, nota 92).

⁶³ RIBEIRO, Orlando — *Geografia*, III, p. 754. A literatura neo-realista tomou por tema algumas das migrações estacionais. Recorde-se, por exemplo, Alves Redol e as suas obras *Gaibéus* (1940) e *Avieiros* (1942). A propósito, vide CRAVIDÃO, Fernanda Delgado — *Ficção, espaço e sociedade. Notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol — Avieiros*, «Cadernos de Geografia», n.º 11, 1992, pp. 37-47.

⁶⁴ MARTINS, Alfredo Fernandes — *O esforço do homem na bacia do Mondego. Ensaio geográfico*. Coimbra, 1940, p. 130.

da construção do caminho de ferro. Havia instituições, como a Universidade de Coimbra, que possuía recoveiros especialmente contratados que por todo o país punham os estudantes em comunicação com as pátrias.

4.2. O movimento dos trabalhadores ligados às fainas agrícolas sazonais tem tido, no plano das migrações internas, um tratamento especial em virtude da sua intensidade e periodicidade ritmada pelas estações do ano: a cava, a sementeira, a poda, a monda e sobretudo as colheitas e a transformação dos produtos mobilizavam mão-de-obra vinda de muito longe, para além da originária das cercanias do trabalho. Ranchos que não passaram despercebidos aos viajantes estrangeiros, os quais bem notaram, pelo menos para os minhotos, «que se mantinham juntos e juntos andavam de terra em terra».

Estas migrações estacionais estão comprovadas desde pelo menos o século XV aos nossos dias. Em 1957 envolviam ainda 100.000 pessoas⁶⁵. Na Gândara (litoral areento próximo de Coimbra) só por volta de 1971 teria terminado o ciclo do Alentejo, embora persista, em direcção ao Cartaxo e Bombarral, a saída das mulheres para a vindima (Fernanda Cravidão). E em 1970 eram bem expressivas as migrações sazonais dos próprios alentejanos, invertendo as antigas direcções, perdurando ainda hoje⁶⁶.

De acordo com um inquérito feito por Fernanda Cravidão, os homens da Gândara deslocavam-se periodicamente para os concelhos de Alcácer do Sal, Alpiarça, Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Coruche, Elvas, Santarém, Setúbal e Vila Franca de Xira. Deslocamentos seguindo os familiares dos finais do século XIX (segundo recordam) ou os antepassados dos séculos anteriores. Caminhos percorridos por cada um ao longo de dez anos ou mais. (Um dos inquiridos deslocou-se de 1919 a 1955).

A colheita dos cereais, pela importância que tinham na alimentação, sobressai no conjunto de actividades sazonais que mobilizavam a força do trabalho.

⁶⁵ MAGALHÃES, José Miranda — *O problema dos ranchos migratórios em Portugal*, in «Semana de Estudos Rurais». Fátima, 1957, pp. 85-102.

⁶⁶ ROSEIRA, Maria João Queirós — *Movimentos migratórios dos trabalhadores rurais da região de Portalegre*, «Finisterra», 23, XII, 1977, pp. 77-84.

Para o Alentejo, no tempo das ceifas, concorriam ranchos migratórios do Algarve e, sobretudo, do Centro e Norte de Portugal. Trata-se de uma constante que vem pelo menos do século XV até à actual mecanização das fainas, libertadora da força braçal.

O tipo literário do «ratinho» das obras de Gil Vicente inculca bem a actividade permanente ou estacional dos beirões. E os registos paroquiais assinalam, com segurança, a presença de ceifeiros e ceifeiras das zonas centro e norte, para além dos originários de outros espaços, em diversos pontos do Alentejo pelo menos desde o século XVII. Presença que os passaportes internos, nos locais onde foram estudados, secundam para os séculos XVIII e XIX. Caminho percorrido, no entanto, muito antes, como prova outro tipo de documentos, pelo menos, no âmbito cronológico que nos importa, desde o século XV.

Da zona centro em sentido lato, de uma vasta área limitada a sul pela linha dos concelhos de Figueiró dos Vinhos-Leiria e, a norte, pela serra do Caramulo-Viseu, está documentada a partida de migrantes que se dirigiram para sul do Tejo. A mancha mais carregada das saídas desta zona localiza-se à volta ou próximo da cidade de Coimbra, do interior do seu distrito até próximo de Aveiro e, para sul, até Pombal.

Uma das áreas do litoral a oeste de Coimbra, mais recentemente povoada, foi a Gândara, cuja ocupação e organização do espaço se «processou principalmente durante o século XVII e parte do século XVIII» (Fernanda Cravidão). Zona em breve, no entanto, de repulsão (os naturais, entre 1890 e 1900, ultrapassavam os 93 %): de tenra idade, «perdendo o amor à pátria, se costumam a ir trabalhar principalmente para Azeitão, Almada e outros sítios de Ribatejo»⁶⁷. E também, para mais perto, no século XIX, para os arrozais do Mondego.

A cidade de Coimbra, como ponto obrigatório da passagem do Mondego (uma outra via situava-se mais no interior, atravessando o Alva na Ponte de Mucela), é um bom sítio para observar o trânsito dos migrantes internos dirigindo-se para sul, tanto na ida como na volta. Há vestígios documentais do século XVI e, no século XIX, por exemplo, o jornal «O Conimbricense» relata, em 1854, o trânsito de

⁶⁷ NETO, Maria Margarida Sobral — *Regime senhorial, sociedade e vida agrária. O mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)*. Coimbra, 1991, p. 276.

«grande número de trabalhadores indo e vindo da ceifa do Alentejo» (João Roque).

De todo o norte de Coimbra desciam, com efeito, os ranchos migratórios no tempo das ceifas. Para além de ratinhos passavam, assim, por Coimbra, também minhotos, trasmontanos (e galegos). Pelo outro lado das serras (Lousã, Estrela), vindos da Guarda e Castelo Branco, seguindo em parte o caminho da transumância, também se chegava ao Alentejo para trabalhar.

Uma outra zona fora desta província, que mobilizava nas ceifas grandes contingentes e nessa actividade envolvia toda a província trasmontana, era a da Terra Quente. Movimento exemplarmente estudado já em 1932 por Virgílio Taborda, «cuja importância só verdadeiramente avalia quem alguma vez viu na praça principal de Bragança, sob o sol ardente de fim de Junho, o imenso acampamento de ceifeiros».

Desde Maio, na Terra Quente, as camaradas de segadores descem dos planaltos e montanhas do norte, «vão-se deslocando para norte, deixando atrás de si as searas segadas, até atingirem Bragança». Do ponto de encontro, uns regressam à sua aldeia para fazerem a ceifa própria. Outros continuam a tarefa, internando-se em Espanha, aí permanecendo uns 15 a 20 dias ⁶⁸.

Para a região de Pinhel, vindos de longe, deparamos igualmente com ranchos de segadeiros. E de Castelejos (Fundão), grupos de 9 a 20 trabalhadores deslocam-se para a Covilhã a fim de fazerem as ceifas e as malhas (L. de Vasconcelos).

Em muitos outros pontos do país, sem dúvida, se poderão documentar contingentes semelhantes a trabalhar na colheita do pão e, também, do vinho, palma, figo e azeitona, assim como, quanto a estes últimos produtos, na própria Espanha, vindos do Algarve e também do resto de Portugal ⁶⁹.

Precisamente das terras frias do nordeste trasmontano, desciam os trabalhadores para a região do Douro, ocupados na cultura da

⁶⁸ TABORDA, Virgílio — *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1987, 2.^a ed., p. 135; ALVES, Manuel (Abade de Baçal) — *Intercâmbio trasmontano-galaico*, «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos», n.º 18, 1971, p. 92 ss.

⁶⁹ CAVACO, Arminda — *O Algarve Central. As vilas, o campo e mar*. Faro, GPRA, 1976, vol. I, p. 178. Visualização gráfica dos movimentos internos em GIRAÓ, A. de Amorim — *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1949-1955, 2.^a ed., p. 302.

vinha, na apanha das uvas, da azeitona e da castanha. Mas tanto para as vindimas como para outros trabalhos, sobressaíam, em Riba Douro, os galegos, «sóbrios e rijos»⁷⁰.

Se os cálculos nos merecessem crédito, a «fábrica do Alto Douro» mobilizava uns 20.000 homens diários, depois de 1757. Em 1762, «ano em que a gente da Galiza não passou a Portugal» (no conjunto do país, no final do século, os galegos seriam uns 60.000, no cálculo de Eiras Roel) teriam descido das montanhas para as vindimas do Douro 40.000 pessoas. «Parte dela se voltou para a sua terra, sem ter quem a ocupasse, e os jornais foram mais diminutos do que em outro algum ano»⁷¹. Do Douro, por sua vez, a partir de 1783 e pelo menos até 1801, saíram trabalhadores especializados para as terras da abadia de Tibães, interessada então em reconverter o vinho verde através da implantação de castas durienses nos socalcos da encosta de S. Gens, na cerca do mosteiro⁷².

Um outro produto mediterrâneo que exigia mão-de-obra estacional era a apanha da azeitona e a fabricação do azeite.

A oliveira estendeu-se de sul para norte. Em 1085, por exemplo, ainda os olivais não impunham a sua expressão na paisagem agrícola de Coimbra. Nos finais do século XIV, porém, o azeite constituía o principal produto agrícola, tendo progredido para norte a cultura da oliveira, estando bem implantada no século XVII, por exemplo, na abadia de Tibães.

Para as zonas de produção, como é óbvio, se dirigiam trabalhadores especializados ou ranchos migratórios. Os primeiros encontramos-os, por exemplo, na cultura dos olivais da abadia de

⁷⁰ COSTA, Sousa — *Trechos escolhidos. O braço galego na epopeia de Riba Douro*, «Cadernos Mensais de Estatística», Abril, 1947, p. 166, nota 8. Sobre a migração galega para Portugal foram publicados diversos estudos no segundo volume das citadas pré-actas da «I Conferencia Europea de la Comision Internacional de Demografía Historica».

⁷¹ *Memória sobre o estado da agricultura e comércio do Alto Douro*, in «Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa», tomo III. Lisboa, 1991, pp. 72-73.

⁷² OLIVEIRA, Aurélio de — *A abadia de Tibães. 1630/80-1813 Propriedade e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto, 1979, vol. I, p. 210.

Tibães, em 1795, vindos do sul⁷³, ou em diversos pontos, como Coimbra, a fabricarem o azeite. A apanha da azeitona, como é natural, mobilizava mais gente, tendo os beirões, segundo parece, desempenhado um lugar destacado. Assim, por exemplo, para o século XVIII, estão documentados os ranchos de homens e mulheres que «das terras da Beira e Alta Estremadura», permaneciam nos meses de Outubro a Dezembro na Baixa Estremadura (Bacelar Chichorro).

Para Azeitão, por sua vez, iam «as mulheres e caramelos da Beira». E da Beira e de outras regiões igualmente partiam para a apanha da azeitona no Alentejo, na qual participavam, como é óbvio, os trabalhadores locais, nomeadamente em Elvas, onde, como se considerava em 1863, as criadas abandonam a casa onde estão servindo, «e desde o princípio de Dezembro até ao fim de Janeiro, princípios de Fevereiro, estão os pobres amos à espera de criadas, pois antes desse tempo dificilmente as conseguem»⁷⁴. Na Beira Baixa, os charnecos ou cortilhões das terras pobres de xisto, deslocam-se para o «planalto granítico e da raia para a apanha da azeitona» (O. Ribeiro). Para Coimbra, por sua vez, partiam dos arredores, no século XVIII, «famílias inteiras». E em 1870, por exemplo, no campo de Coimbra, em S. Silvestre, localizava «O Conimbricense», na apanha da azeitona, «muita gente da Beira e dos lados de Mira» (J. Roque). E para Vilaríça (Alfândega da Fé) emigravam da serra «homens que varejam, mulheres que apanham e crianças que vão ao rebusco» (L. de Vasconcelos).

Para além dos que varejam e dos que apanham a azeitona caída ao chão, outros migrantes se nos deparam ligados à tarefa: os lagareiros.

O conjunto de cartas de exame para lagareiro registadas em Coimbra, no período de 1537 a 1640, revelam que 60% dos examinados não eram oriundos do alfoz coimbrão ou da cidade. Alguns pertenciam a terras circunvizinhas (Penacova, Carvalho, Pombeiro, Lousã, Miranda, Rabaçal e Ega, por exemplo). Outros chegam de Luso, Mortágua, Vale de Besteiros, Paredes (Guardão?), Alcofra, Campia, da sub-região de Lafões e de alguns lugares de Cambra. Foi precisamente

⁷³ OLIVEIRA, Aurélio de, *ob. cit.*, p. 219. O geral deste ano mandou vir do sul «homens entendidos na cultura das oliveiras para podarem, limparem e melhorarem os extensos olivais deste mosteiro».

⁷⁴ BRAGA, Teófilo — *O povo português*, vol. II, p. 297.

destas últimas zonas, principalmente de Lafões, que saiu um pouco mais de um quarto de mestres de lagares de azeite moradores ou naturais de localidades que não pertenciam ao concelho de Coimbra. De Lamego, Guimarães, Braga ou Chaves vieram exemplos isolados. Mas uma carregada mancha de migrantes se nos depara em Montalegre.

A terra indicada nas cartas de exame é, de modo geral, a da morada do titular. Se realmente os lagareiros residiam nos locais explicitados nas cartas, deslocaram-se a Coimbra para serem examinados. A tradição oleícola coimbrã poderia atrair alguma desta gente. Mas parece muito singular que viessem de Lafões ou de Montalegre, próximo da fronteira norte, apenas para ficarem encartados. Com mais verosimilhança se pode supor que no tempo do azeite vinham em busca de trabalho. Aqui aprendiam o ofício, servindo como mancebos, se não estavam aptos a prestarem exame. Uma vez feitos mestres, ou terminada a safra, regressariam a suas terras para de novo se dispersarem na próxima colheita. O registo dos juramentos dos lagareiros de 1623 testemunha a presença, em Coimbra, com efeito, de alguma desta mão-de-obra.

Em Coimbra não trabalhavam apenas lagareiros nacionais: os galegos estavam também presentes. Em 1577, porém, a câmara proibiu, embora não saibamos por quanto tempo, que fosse admitido por mestre de lagar «pessoa estrangeira nem galegos» (A. Oliveira).

Desde os princípios do século XVI (1509) encontramos em Santarém, como atrás referimos, um mestre de lagar e um moedor naturais de Montalegre, a denotar um velho caminho de migração local em busca de trabalho.

Para além das colheitas, outros trabalhos agrícolas exigiam mão-de-obra migrante sazonal. É o caso das mondadeiras de trigo que de Tolosa, por exemplo, «em ranchos de 20 ou 26 raparigas vão trabalhar nos barros, até Veiros, de Fevereiro a fim de Abril, meados de Maio», (L. de Vasconcelos) ou do arroz nos campos de Coimbra e do Sado. A tirada da cortiça (que em Nisa, pelo menos, se começou a desenvolver por volta de 1832) levava de umas terras para outras «camaradas» de homens, como em Carreiras (Portalegre)⁷⁵. Com o

⁷⁵ TRANSMONTANO, Maria Tavares — *Subsídios para a monografia da freguesia de Carreiras, Portalegre*, Junta Distrital de Portalegre, 1976. A exportação da cortiça portuguesa remonta já, pelo menos, aos séculos XIV e XV.

mesmo fim se movimentavam os charnecos ou cortilhões. (Mais tarde, nos inícios do século XX, corticeiros do litoral Alentejano e da serra algarvia deslocam-se, ao lado de outros, para as fábricas do Barreiro).

Com uma ausência prevista de oito ou nove meses (de Outubro a princípios de Julho) partiam para sul, a caminho dos campos de arroz, por exemplo, pescadores e trabalhadores de Mira. Em 1866 saíram do concelho de Mira mais de 800 homens. «Nos trabalhos das valas e dos arrozais eram exímios os «caramelos», preparando para as culturas as terras alagadiças do Baixo Mondego e Ria de Aveiro»⁷⁶. Os caramelos migravam sobretudo para os arredores de Setúbal e vale do Sado. Com o mesmo fim, «acudiam às lezírias os «gaibéus» do norte do Ribatejo e das serras calcáreas confinantes»⁷⁷.

Como os homens do litoral, os da «Beira» iam também para sul do Tejo, nomeadamente para Alcácer do Sal, onde aqui os ratinhos eram conhecidos por «beirões». Vinham contratados por oito meses, para todos os trabalhos, dos Santos ao S. João. O «maltês» de Borda de Água trabalhava «desde o cabo do Inverno té o princípio do Verão». Por malteses, segundo Leite de Vasconcelos, se designavam também no sul os que iam da sua terra para outra trabalhar na poda, na cava ou na vindima. Vinham ajustados ou ofereciam-se nas praças de malteses.

Um outro tipo de migração é constituído pelos movimentos transumantes, de que «a vida pastoril constitui a manifestação mais pura e mais arcaica.» (O. Ribeiro)

Desde o século XVI, pelo menos, estão documentados os movimentos, conforme as estações do ano, para diverso tipo de gado, tendo sido objecto de estudos monográficos, já nos inícios dos anos quarenta, a vida pastoril de Montemuro e da Serra da Estrela, a que se seguiram outros trabalhos no âmbito da problemática⁷⁸.

⁷⁶ RIBEIRO, Orlando — *Geografia de Portugal*, III. p. 754.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ GIRÃO, A. de Amorim — *Montemuro, a mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra, 1940; RIBEIRO, Orlando — *Contribuição para o estudo do pastoreio da serra da Estrela*, «Revista da Faculdade de Letras», tomo VII, n.ºs 1 e 2, Lisboa, 1940-41, pp. 213-303.

4.3. Para além do quotidiano dos pastores, conhecemos com algum pormenor, para os finais do século XIX, a vida dos ranchos migratórios de ratinhos nas ceifas do Alentejo, graças, entre outros, a José da Silva Picão⁷⁹. Um dos aspectos do seu viver é, naturalmente, o dos salários e a forma como são ajustados.

O manajeiro, directamente, ou com a participação de uma comissão de ceifeiros, ajusta os preços do trabalho. Mas tanto para o trabalho estacional como o temporário existiam, em muitas localidades, praças de trabalhadores, como as havia em Lisboa, para as criadas, no testemunho de Leite de Vasconcelos. A de Évora está bem documentada já em 1567. Com efeito, neste ano, D. João de Castro, o apóstolo do sebastianismo, então aluno da Universidade de Évora, descobriu, como confessa, um modo de sobreviver sem pedir esmola: «arranjou um cesto e uma faca, voltou o pelote do avesso, e foi à praça grande da cidade, muito de madrugada, meteu-se no grupo de ratinhos trabalhadores das vindimas». Foi alugado, com outros, para as vindimas dos padres da Companhia de Jesus⁸⁰.

Leite de Vasconcelos (V,649) dá notícia, por sua vez, das praças de S. Mamede de Óbidos e de Caldas da Rainha. Em Montemor-o-Velho, por exemplo, havia uma outra que chegou até nossos dias.

De manhã muito cedo, os trabalhadores afluíam ao local acostumado e aí esperavam que os proprietários os ajustassem. Em 1920, Leite de Vasconcelos (V,664) presenciou ainda uma destas praças, a de Caldas da Rainha. Segundo seu testemunho, «os malteses que vinham de Alcobaça traziam enxada e um embrulho às costas, com a roupa de vestir e pães para toda a semana». (O conduto, quando o trabalho não é a seco, é fornecido pelo empregador, dando o trabalhador o pão).

Nestas praças se aceita ou regateia o salário, o qual varia consoante as regiões, a época do ano e a conjuntura do mercado do trabalho. A mão-de-obra era excedentária em muitos pontos do país, como nas províncias da Beira, Minho e Trás-os-Montes, terras de «gente

⁷⁹ PICÃO, José da Silva — *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, 3.^a ed.

⁸⁰ PEREIRA, Gabriel — *Os estudantes*, in «Estudos Eborenses», vol. III. Évora, Ed. Nazareth, 1951, p. 234.

supérflua», como se ajuizava em 1791⁸¹. Na Lousã, pelo menos em 1861, é o próprio administrador do concelho que admite esta situação, sugerindo o seu encaminhamento para a construção de uma estrada de Coimbra à Beira, em vez da saída para o Alentejo e outras partes. Informação semelhante, quanto ao excesso da mão-de-obra, no mesmo ano de 1861, transmite o administrador do concelho de Arganil. Não admira, por isso, que a emigração no distrito de Coimbra seja sobretudo um fenómeno do interior (concelhos de Arganil, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, os mesmos concelhos da migração interna). Emigração, no entanto, que desequilibrava a mão-de-obra, rarefazendo-a, como se queixa, em 1859, Oliveira do Hospital, em virtude dos «que vão procurar maiores meios de subsistência»⁸². Situação comum a outros pontos do país, como acontecia, por exemplo, nos inícios do século XIX, em Chaves⁸³. Emigração devastadora a que se juntava a fuga ao serviço militar, como se reconhecia em 1843.

Uma das razões da condenação da emigração era, precisamente, a diminuição que provocava na mão-de-obra, fazendo elevar os salários. Rarefação provocada também, depois de 1761 e, sobretudo, de 1773, com a libertação dos futuros filhos de escravas e, em certas condições, a de alguns dos já nascidos. A câmara de Beja, por exemplo, explicitava, em 1777, que a maior parte dos lavradores «tinha 5,10, 15 homens e mulheres escravos». Uma manada de escravos, dirá, em 1822, o prior de Messejana⁸⁴.

Situação, no seu conjunto, que levava a propor o aumento da mão-de-obra através de diversos meios: impor a obrigação de trabalhar

⁸¹ *Memória sobre o estado da agricultura [...]*, cit., p. 73.

⁸² ROQUE, João Lourenço — *Ob. cit.*, p. 56; Vide também MARTINS, Alfredo Fernandes — *O esforço do homem na bacia do Mondego. Estudo geográfico*. Coimbra, 1940, p. 128 ss.

⁸³ SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979, p. 300.

⁸⁴ SILBERT, Albert — *Le Portugal méditerranéen [...]*, p. 830. Referências deste autor para o texto seguinte: pp. 836-837, 830; 825; 826; 827; 831. A disposição de 19 de Setembro de 1761 ordenava que fossem livres os pretos e pretas que a partir de certas datas entrassem em Portugal continental. O alvará com força de lei, de 1773, ficou datado de 16 de Janeiro. Os pretos livres passaram a ter necessidade de circularem com uma guia de identificação, de acordo com o disposto em 1761, passada pela respectiva câmara.

à multidão de mendigos e de vagabundos (Silbert); instalar colónias penitenciárias, como propunha o bispo de Beja em 1889⁸⁵; utilização do trabalho de soldados no campo (como se efectivou, pelo menos em Moura, em 1805); a procura de invenção de forças mecânicas, em 1781, ou, em 1815, a introdução de melhores instrumentos de ceifa para aliviar os lavradores neste trabalho⁸⁶.

A falta de mão-de-obra, sobretudo no tempo de ponta, encontram-na naturalmente a sul do Tejo ou, no Douro, a partir dos finais do século XVII, princípios do XVIII. D. João V, recorde-se, tendo presente a situação do Minho, proibiu a emigração nos princípios do seu reinado. Em 1821, de acordo com dados publicados por Silbert, a carência de trabalhadores, provavelmente acentuada devido à conjuntura política, é invocada, por exemplo, em Arraiolos, Ferreira do Alentejo, Campo de Ourique e Marmeleira (Santarém). Uma excepção parece ser a de Arronches⁸⁷.

A carência aumenta no tempo das sementeiras e sobretudo da ceifa. Como as searas amadureciam quase ao mesmo tempo em todo o território, não havia braços que chegassem. E como a ceifa não podia esperar, os lavradores tinham forçosamente de pagar salários mais elevados, sobretudo antes «da expansão das estradas e das vias férreas, equilibradoras da oferta e do pedido de braços».

No Alentejo, em 1806, por exemplo, os salários de verão eram 2,5 vezes mais elevados do que no inverno. De modo semelhante, nos finais do século XVIII, os salários do Alto Douro passavam de seis para sete a nove vinténs. Por sua vez, em Meimosa e Benquerença (nordeste de Penamacor) se o salário de enxadão era de 160 réis diários, um segador e malhador ganhava 300 réis. E em 1870, junto de Coimbra, as apanhadeiras de azeitona subiram o salário de 30 para 120 réis logo que soprou um vento frio, anunciador do atraso da apanha.

⁸⁵ Cf. *O Eco do Lima*, 16 de Maio de 1889, n.º 3. 195.

⁸⁶ Vide COSTA, José Inácio da — *Memória agrária relativa ao concelho de Chaves*, in «Memórias Económicas [...]», tomo I. Lisboa, 1990, p. 284; SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso — *Memória sobre a introdução das gadanhas alemãs e flamengas em Portugal*, in «Memórias Económicas [...]», tomo V, p. 3 ss.

⁸⁷ SILBERT, Albert — *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales*. Paris, PUF, 1968, p. 137.

Semelhantes salários encareciam muito a produção. Em Chaves, dizia-se, os salários consumiam metade do valor da ceifa⁸⁸. Por isso, em tempo de baixa de preço dos cereais, a forma mais simples de minimizar a diminuição dos rendimentos, por parte do produtor, era a diminuição dos salários. Assim aconteceu, por exemplo, em 1821. Mas como notou Silbert, o mercado de trabalho, ao contrário do mercado de cereais, não era elástico. Não admira, por isso, que os conflitos sociais surgissem e o poder central tivesse de intervir.

Esta intervenção no tabelamento dos salários e na distribuição da mão-de-obra pode rastrear-se desde o século XV, pelo menos. Um desses momentos encontramos-lo, por exemplo, em 1756.

O tabelamento dos salários era uma das atribuições das câmaras municipais. A nível dos trabalhadores estacionais, encontramos uma dessas taxas imposta pela câmara de Portalegre, em 1796, em virtude dos preços excessivos no Alentejo. Por sua vez, uma postura municipal de Castelo de Vide, de 1731, posta em vigor ainda pelo menos em 1807, regulamentava o modo de fixar os salários dos ranchos migratórios. Em 1756, porém, o governo central interpôs a sua autoridade, satisfazendo os produtores.

Poucos meses depois do grande terramoto de 1755, o governo intervém, duramente, na disciplina dos salários, disparados em face da carência de mão-de-obra, provavelmente pela chegada de menos migrantes. Aos trabalhadores presentes, que deviam ser arrolados, proibia-se levar salários mais elevados do que em 1754 e anos anteriores, sob pesada pena pecuniária e de trabalhos forçados pela reincidência. Ao regressar a casa deviam ir munidos, sob cominação das mesmas penas, de guias comprovativas de terem acabado o seu trabalho⁸⁹. A lei foi de novo posta em vigor pelo menos em 1762, numa conjuntura de proibição de circulação de galegos, no contexto da Guerra dos Sete Anos, tendo provocado oposição pelo menos em Aldeia Nova (Serpa).

Nem sempre, na verdade, os trabalhadores aceitaram pacificamente o tabelamento dos salários, mostrando bem a sua capacidade

⁸⁸ Vide COSTA, José Inácio, *ob. cit.*, p. 283.

⁸⁹ Cf. SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso, *ob. cit.*, p. 4, notas.

de reivindicação. Uma destas expressões, ao lado de muitas outras, encontramos-la em Lisboa, no ano de 1718: «os oficiais, trabalhadores e barqueiros» amotinaram-se contra as taxas dos seus salários. E à mesma via recorreram alguns trabalhadores agrícolas no século XVIII.

O acordo camarário de Castelo de Vide de 1731, atrás referido, proibia a intervenção de intermediários na fixação dos salários, nomeadamente do chefe do rancho. Os salários deveriam ser estabelecidos directamente entre os lavradores e os trabalhadores no interior da povoação. Na falta de mão-de-obra, a câmara repartia os trabalhadores «conforme as necessidades de cada lavrador ou seareiro» (Silbert). Mas em 1784, em Évora, quem ditava os salários era o trabalhador, como narra o Cabido da Sé: «Em plena praça pública, um deles toma a palavra e fixa o salário de uma maneira exorbitante. E se algum trabalhador aceita um só dia por menos, esse dia é bem o último da sua vida» (Silbert). E já em 1756, em Aldeia Nova, os jornaleiros, que continuaram a levar salários acima da tabela, ameaçavam os lavradores de «que lhe haviam de queimar os palheiros e tudo quanto tivessem». E em Santarém, em 1814, os jornaleiros amotinaram-se e, armados com paus e espingardas, «rasgarão e espezinharão os editais clamando em altas vozes pelas ruas que a câmara e lavradores seriam naquele dia assinalados». De novo se amotinaram em 1821, tendo chegado a dar «pauladas em todos aqueles que não observavam os preços estabelecidos pelos cabeças, e levantados, ameaçando os suplicantes [lavradores] e até chegando ao excesso de cortar-lhe o arvoredo de suas fazendas, como tem acontecido por vezes»⁹⁰.

Este «gentio da nação» não respeitava, assim, as posturas municipais de Santarém e de outras câmaras que mandavam fixar semanalmente o preço do trabalho.

Ao tempo dos salários elevados, e perante a modesta vida do assalariado, este não precisava de trabalhar todos os dias da semana. Em 1821, dizia-se, bastavam dois dias. Donde a tendência para «teorizar», como se fazia, por exemplo, no século XVIII, que os salários deviam

⁹⁰ Vide SILBERT, Albert — *Le problème [...]*, pp. 181-182; TENGARRINHA, José — *Movimentos populares agrários em Portugal (1751-1825)*. Lisboa, 1992, p. 132 ss.; 999 ss.; 1069 ss.

ser baixos para obrigar a trabalhar quem precisava de viver do trabalho de suas mãos. Salário que não dava para viver.

Por volta de 1608, em Lamego, um trabalhador de enxada, cavando de sol a sol, ganhava trinta réis por dia. Salário insuficiente, numa semana, para comprar um alqueire de centeio, o seu pão, que muitas vezes custava três e quatro tostões. Com o trabalhador vivia a mulher e filhos. Que podiam comer, vestir e calçar com semelhante rendimento? Para fazer face à vida, que remédio tinham? «Passarem da aldeia à cidade levando atrás de si a miséria, a desventura da família; e andavam de rua em rua, e de porta em porta, pedindo» (F. R. da Silveira).

Uma outra via era a procura de trabalho mais rendoso. Para não morrerem de fome, em 1868, 600 pescadores do concelho de Mira, «por o mar ter sido muito escaço este ano», viajam até ao Alentejo. Trata-se, parece, de uma emergência (J. Roque). Mas anualmente, dos mais diversos pontos do país, de modo isolado ou em ranchos, muitos portugueses buscam longe de casa o trabalho da subsistência. Caminham, naturalmente, para onde os salários são mais elevados (ou onde simplesmente há trabalho): «os migrantes são sensíveis às vantagens dos salários das regiões de destino eventual»⁹¹.

Sendo as diferenças salariais sazonalmente bem acentuadas entre as diversas zonas, as direcções da migração interna estavam previamente determinadas, nomeadamente entre o norte e o sul. Em 1821, por exemplo, os salários dos jornaleiros do sul andariam pelos 200 réis, enquanto os do norte oscilavam entre 100 e 120 (Silbert).

⁹¹ MILLOT, Benoît — *Le capital humaine incorporé dans les échanges migratoires*, in «Migrations intérieures [...]», cit., p. 420. «As emigrações são menos explicáveis em termos económicos do que as imigrações». (Idem, p. 422). Conclusões para as migrações inter-regionais em França de 1962 a 1968. Para modelos de mercado e migrações, vide JACKSON, John A. — *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991, p. 23 s.

Como já ensinava Labrousse, para a elaboração da série dos salários torna-se necessário atender «à profissão, lugar e tempo estacional». É conhecida a regionalização dos mercados: para o séc. XIX, JUSTINO, David, *ob. cit.*, vol. I, p. 309 s.; PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa, Edições Cosmos, 1971, p. 189 ss.; mas não os salários; para estes, numa zona do Minho, no século XVIII, vide OLIVEIRA, Aurélio de — *Abadia de Tibães. 1630/80 - 1813*. Vol. II. Porto, 1979, p. 720.

Como escrevia em 1789 A. H. da Silveira, «todos os homens naturalmente desejam melhorar a sua fortuna». Para isso saem de casa, vão e voltam, como se sabe e sugerem exemplos de Alvito S. Pedro (Barcelos), de Montemor-o-Novo ou dos próprios galegos que trabalhavam no Minho. Alguns faziam a viagem todos os anos, regressando muitas vezes ao tempo da festa local. Em Bougado (no vale do Ave), por exemplo, está documentado já em 1680 que um dos andores da festa religiosa do ano aparece como «tradicionalmente pago e reservado pelos rapazes que costumão hir ao Alentejo»⁹². Partem em busca de melhores condições de vida, quer se trate de uma melhoria do quotidiano, quer se busque uma liquidez para casar, pagar o fisco (que leva a migrações internas ou à saída do país, como está provado, por exemplo, para o período filipino ou para o século XIX) ou ao agiota. Ao mesmo tempo, os «aventureiros» movem-se por razões de cultura, nomeadamente de liberdade, opondo-se à sedentaridade, o que compensaria as agruras e permitiria vencer a sombra da morte provocada pelo sol sufocador do restolho alentejano e por tantas doenças que os hospitais, próximos dos locais de trabalho ou do caminho da torna viagem, documentam.

O regresso poderia ser mais dilatado quando o migrante passava de um local de trabalho a outro, como acontecia no início do século XVI com os canteiros que da Batalha foram para a construção do mosteiro dos Jerónimos. Mobilidade que permanece ainda hoje na construção civil, como a do Algarve. Outros, no entanto, levavam mais tempo a retornar ou não voltavam nunca mais, fixando-se como colonos nas charnecas ou dirigindo-se para os centros «urbanos», continuando a exercer a mesma profissão ou mudando de estatuto

⁹² ALVES, Jorge Fernandes — *Lógicas migratórias no Porto oitocentista* in «Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)». Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 79. Do mesmo autor, *Uma comunidade rural em Vale do Ave — Santiago de Bougado, 1680-1849*. Porto, Faculdade de Letras, 1986. (Diss. de Mestrado, que não conheço). Acaba de ser publicada uma versão simplificada da diss. de doutoramento deste autor com o título *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, 1994. Contém importante informação para a região do Noroeste português, a qual já não pudemos aproveitar na revisão de provas. Não altera as linhas de síntese que traçámos.

profissional. O casamento, por vezes, fixou-os à terra da sua atracção, como se encontra bem documentado, para o período filipino, no Alentejo além-Guadiana e em Almada.

5. A fixação de gente do norte do Tejo na península do Sado e no Alentejo é bem conhecida, como também se não ignoram as propostas teóricas de particulares e as tentativas oficiais da colonização do Alentejo. Entre as primeiras, datando de 1607, um arbitrista propunha já que se deslocasse para o Alentejo gente do Minho.

Orlando Ribeiro e, mais recentemente, João Evangelista têm procurado minimizar estes efectivos em proveito de outros deslocamentos. Já Ezequiel de Campos, ao referir-se aos efeitos da lei do trigo de 1889, havia acentuado que a fixação se fez à custa «da policultura ali introduzida pelo beirão e pelo algarvio nas courelas aforadas e arrendadas». Explicitando as origens dos prováveis colonos, João Evangelista aceitou a opinião, sublinhando: «algarvios decerto, e beirões, também, mas da Beira Baixa, onde a agricultura mais se assemelhava à do Alentejo, e gente das áreas confinantes da cordilheira central, aquelas que forneciam maior número de indivíduos para o trabalho estacional. Dos «caramelos», homens da beira-rio, ou do litoral, os que ficaram — «caramelos de estar» — fizeram-no ao longo do Sado ou na península da Arrábida. Quanto aos minhotos, além de, como tudo indica, serem, no período que estudámos [1864-1960], os menos numerosos, constituíam o grupo menos sensível ao chamamento de uma vida agrícola bem diversa da que estava enraizada nos seus hábitos. Poucos terão sido, parece-nos, os que terão trocado em definitivo a verdura e pequenez do campo-prado pelo vasto e monótono espaço do trigo e do montado, afectos ao sequeiro»⁹³.

A transcrição, embora longa, pareceu necessária, para além da elucidação que deixa transparecer. Com efeito, o estudo dos registos paroquiais e dos passaportes internos que se vão conhecendo, juntamente com outros dados, parecem indicar que pelo menos também

⁹³ EVANGELISTA, João — *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa, CED, p. 172. Sobre a colonização interna vide GIRÃO, A. de Amorim — *Geografia de Portugal*, pp. 306- 307.

para antes de 1864 não foram os oriundos do norte do Douro que mais contribuíram, entre os não naturais, para o povoamento do Alentejo. Tudo parece indicar, na verdade, de acordo, aliás, com a regra da atracção do inverso da distância, que foram os «beirões», mas não da Beira Baixa, que mais acorreram ao Alentejo.

Os 300 casais de beirões de Pinhal Novo eram do distrito de Coimbra (João Roque). E da área centro, muito mais do que do Minho e Trás-os-Montes, eram os residentes não naturais em Évora (1475), Montemor-o-Novo (1810-1817 e 1844), Moura, Olivença e Serpa (1600-1640). Com efeito, dos 135 lugares referidos nos passaportes de Montemor, 28,8% dizem respeito a naturais de Além-Douro (incluindo a cidade do Porto) e 60,7% pertencem às áreas de Lamego, Viseu, Aveiro, Coimbra e Leiria. Coimbra e Aveiro detêm, porém, 34,8%. (Guarda e Castelo Branco, 8,8%). E dos homens não naturais de Montemor em 1844, com idades entre os 12 e os 60 anos, só uns 10% serão acima do Douro. Figuras semelhantes traçam os registos paroquiais para três localidades a oriente do Guadiana. Dos nubentes que de fora casaram nestas terras (os períodos cronológicos não têm a mesma duração e há fortes percentagens sem indicação de naturalidade), a maioria, como seria de esperar, pertence ao Alentejo. Os restantes vieram sobretudo da Estremadura e da Beira, nomeadamente numa vasta zona à volta de Coimbra. (Do Algarve, para Moura, chegaram pelo menos 0,7% e para Serpa 2,5%)⁹⁴.

Estas percentagens de localidades a oriente do Guadiana merecem, no entanto, uma chamada de atenção. Os efectivos de cada província (calculados por Ramalho Cosme, mas com imperfeições no que diz respeito à atribuição provincial de algumas localidades), foram obtidos à custa de muitos lugares (Estremadura, 38; Beira, 29; Entre-Douro-e-Minho, 11), raramente ultrapassando a média, em cada lugar, de um indivíduo. Semelhantes efectivos podem dar ideia da mobilidade definitiva para alguns lugares do Alentejo entre 1600 e 1640⁹⁵.

⁹⁴ COSME, João dos Santos Ramalho — *O Alentejo a oriente d'Odiana (1600-1640). Política, sociedade, economia e cultura*. Lisboa, Cosmos, 1994, p. 105 ss.

⁹⁵ Percentagens idênticas quanto a locais de origem, vamos encontrar em Alvito nos séculos XVI e XVII, onde uns 10% dos imigrantes chegam do norte do Tejo (dados incompletos). Em Alvito, terra que chegou a ser couro de homiziados, denota-se a presença acentuada de escravos e de castelhanos. (VALÉRIO, António João Feio — *Alvito: o espaço*

Considere-se, não obstante, que na vila de Almada, entre 1580 e 1640, os migrantes que se fixaram pelo casamento, em quatro das suas paróquias, são, predominantemente, de além-Douro: representam 32% de todos os nubentes «estrangeiros» e mais de 50% de todos os que se afastam dos lugares mais próximos de Almada. Os da Beira, neles incluindo os de Coimbra, atingem cerca de 30% ⁹⁶.

6.1. A migração, de modo permanente, do lugar de nascimento para os centros de melhores oportunidades, encontramos-a bem documentada, no que diz respeito ao camponês, pelo menos desde o século XV, datando de então, ao mesmo tempo, o pedido ao monarca (D. João II), mas não satisfeito, do cerceamento da mobilidade, da fixação ao solo, impossibilitando-o de mudar de profissão. Os rurais eram então atraídos, na opinião dos opositores, pelos «ganhos bem folgados» dos mesteres e, sobretudo, pelo seu vestuário, símbolo de ascensão social. O estudo dos contratos de aprendizagem dá uma primeira ideia desta mobilidade nos séculos XVI e XVII.

Muitas outras profissões, nomeadamente as ligadas aos serviços, podiam trazer as pessoas para a cidade, para além dos movimentos intercitadinos ou da mendicidade ociosa.

Os rurais deslocavam-se sobretudo para a vila ou cidade mais próxima, como prova, a partir de 1890, a maior intensidade da migração interna entre concelhos e o denunciavam, desde o século XVI, os registos de casamentos, inculcando que «os fluxos de migração decorrem essencialmente num quadro de vizinhança.» ⁹⁷ Alguns, porém, visavam, desde o movimento inicial, paragens mais longínquas,

e os homens (1251-1640). *Subsídios para a história de uma vila alentejana*. Lisboa, 1993, p. 274 s. (Diss. de Mestrado, polic.).

⁹⁶ VIEIRA, Aires dos Passos — *Almada no tempo dos Filipes (1580-1640)*. *Administração, sociedade, economia e cultura*. Lisboa, 1993, diss. de Mestrado, policopiada. A rarefacção dos minhotos na corrente da migração interna é paralela ao aumento do caudal da emigração no século XIX. Parece, no entanto, que a diminuição começa a sentir-se desde os meados do século XVIII. (Cf. ALVES, Jorge Fernandes — *Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*, in «Contexts of long-distance migration: Portugal and Brazil». Madrid, XVII Congresso Internacional de Ciências Históricas», 1990, p. 2.

⁹⁷ Cf. COURGEAU, Daniel — *Changements selon l'âge des flux de migration interne: la France du début du siècle*, in «Mesurer et comprendre. Mélanges offerts à Jacques

sendo uma delas, farol de muitos, a capital, num sentido de mobilidade social de que Andrée Mansuy-Diniz Silva nos deu uma pequena amostra, para o século XVIII, através das microbiografias de alguns migrantes oriundos do Minho, Alto Douro, Trás-os-Montes e imediações de Lisboa. Movimento para a capital, sem regresso, onde a ascensão social começa subindo de agricultor ou mesteiral, pela escada do pequeno comércio, até alcançar altas magistraturas ou alianças com a nobreza de espada e a de toga⁹⁸.

Como é óbvio, nem todos os destinos têm esta saída, nem Lisboa é o único pólo de atracção, embora seja o primeiro.

6.2. Uma das cidades que no século XVI visivelmente cresceu com a migração interna foi Coimbra, depois do regresso definitivo, em 1537, da Universidade.

No conspecto geral do país, a cidade de Coimbra, com 1329 fogos em 1527, ocupava lugar pouco destacado. Seis aglomerados, além da capital, eram populacionalmente superiores e um, Lagos, sensivelmente igual. No centro dominava. As populações «urbanas» de Leiria, Aveiro, Viseu, Guarda e Covilhã eram inferiores.

A mudança definitiva da Universidade veio modificar o crescimento natural e real da população tanto da cerca como do arrabalde, crescendo com pendor acentuado algumas das freguesias à custa de nova gente que de diversas partes veio para Coimbra.

Entre 1537 e 1640, Coimbra apresenta, de acordo com as fontes disponíveis, as quais se encontram incompletas, um mínimo de 28,5 % de cônjuges que não eram naturais da cidade. No século XIX (1804-1884), os homens que de fora casaram em Coimbra atingem cerca de 45 % e as mulheres 34 %. A partir de 1814 (pelo menos), os nubentes naturais de fora do distrito decrescem, recuperando o nível anterior a partir de cerca 1864, desenhando tendência próxima da Figueira da Foz.

Dupâquier», Paris, PUF, 1993, p. 107. BAINES, Dudley — *Migration in a mature economy. Emigration in England and Wales 1869-1900*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1985, pp. 119-120.

⁹⁸ SILVA, Andrée Mansuy-Diniz — *Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les microbiographies. (Sources - Méthode - Étude de cas, «Clio», vol. I, Lisboa, 1979, pp. 21- 65.*

Média ligeiramente superior, de 1801 a 1860, se nos depara nesta localidade, sendo 48% os homens e 36% as mulheres, crescendo a média dos nubentes para 51% entre 1861 e 1910. A zona urbana de Guimarães, por sua vez, de 1700 a 1819, apresenta uma média de 50% de noivos e 35,5% de noivas vindos de fora, com uma ligeira subida na segunda metade do período (1759-1819). Penafiel, por seu lado, acusava, no século XVIII, uma percentagem de noivos um pouco superior (56,7%), mas com uma média de 46,15% a partir de 1730.

Tanto em Coimbra como na Figueira da Foz e outras povoações, os nubentes — e, portanto, uma parte dos imigrantes —, vêm em maior número das proximidades do lugar de atracção. Imagens semelhantes nos dão outros tipos de documentos (fiscais ou róis de confessados) para Évora, em 1475, ou para a pequena povoação de Ginzo (Minho), de 1745 a 1828. A curta distância confirma, assim, uma das leis das migrações de F. G. Ravenstein, mas isto não significa que se desenhe um segundo deslocamento para mais longe.

A força atractiva da cidade, vila ou aldeia varia, com efeito, na razão inversa da distância a que se encontram os atraídos. Quanto mais perto, maior a sucção: um pouco mais de metade dos imigrantes que casaram em Coimbra, de 1537 a 1640, vieram do seu termo e dos concelhos vizinhos, dum raio de cinquenta quilómetros pelo menos em alguns locais. Dentro desta área, porém, foram os primeiros vinte quilómetros que mais nubentes concederam a Coimbra (40,8% da área), tendo no entanto os dez primeiros quilómetros enviado 36,4%. Entre os trinta e os cinquenta quilómetros, chegaram 22,8% do sub-conjunto..

Proporções semelhantes, afinal, encontramos na Figueira da Foz entre 1781-1860: os nubentes de fora deslocam-se, sobretudo, dentro de um raio de 50 km (62,1%), não ultrapassando, no entanto, a maior parte, os 20 km (41,7%). Imagem que perdura de 1861 a 1910: 63% pertencem ao distrito de Coimbra. Chegam (para 1781-1860) de Entre Douro e Minho (10,3%), de Trás-os-Montes (0,2%), das Beiras Alta e Baixa (17,2%) e da Estremadura (13,7%). O Alentejo tem uma pequena representação (0,9%), mas o Algarve atinge 1,7%⁹⁹. Em Coimbra, no

⁹⁹ CASCAO, Rui — *Demografia e sociedade*, cit.; idem, *Permanência e mudança*, cit.

século XIX (1804-1884), os de fora da cidade, mas dentro do distrito, somam 91,6% dos não naturais, cabendo 45% aos do próprio concelho. Vindos de além-Douro, os nubentes imigrantes representam 16,8% dos de fora do distrito. E em Viseu, pelo menos para a freguesia Ocidental, a migração dos nubentes fazia-se, igualmente, entre 1808 e 1878, dentro do distrito em 75% dos casos, cabendo entre os efectivos distritais cerca de 40% ao concelho sede da capital de distrito. Para aqui se deslocam, entre os restantes, sobretudo nubentes (40%) oriundos dos concelhos distritais mais próximos (Mangualde, Nelas, Sátão, Lamego e S. Pedro do Sul). Dos outros distritos prevalecem os de Coimbra (54%) e de Braga (30%), cabendo aos de acima do Douro, na globalidade, 46% dos de fora do distrito e, no conjunto de todos os imigrantes, 12% ¹⁰⁰.

Imagem que estatisticamente, e a nível do país, parece poder comprovar-se a partir do censo de 1890. Com efeito, as deslocações das pessoas continuam a fazer-se «quase sempre não para muito longe do seu concelho de origem» (A. Girão). Estes movimentos municipais, intradistritais, de muito maior intensidade do que os interdistritais, são tendencialmente semelhantes aos de Espanha em 1887 ¹⁰¹.

As proporções dos imigrantes de Coimbra, de 1537 a 1640, não são certamente ditados apenas pelos afastamentos circulares das coroas envolventes. Devem depender das distâncias, certamente, mas também das densidades populacionais e das vias de comunicação ¹⁰². Quanto a estas, considere-se que uma corrente migratória acentuada segue o curso do Mondego desde o Alva e integra-se num sentido migratório geral.

¹⁰⁰ Dados colhidos, para trabalho escolar, por Luís Fernando da Encarnação Campos da Costa Coutinho. Cálculos meus.

¹⁰¹ GÓMEZ DIAS, Donato — *Mercado de trabalho y flujos migratorios de la población española en 1887. Un método para su análisis a través de los censos*, «Boletín de la ADH», 1993, XI, nº 1, pp. 41-64. Uma outra via para estudar a migração interna em alguns concelhos: as monografias rurais, mandadas elaborar pela Direcção-Geral da Agricultura nos princípios deste século, costumam indicar as direcções da migração local.

¹⁰² Uma referência aos caminhos e migração em ALARCÃO, Alberto de — *Mobilidade geográfica e população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas, 1921-1960*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 82.

No conjunto da corrente migratória, os homens, como era de supor, são mais numerosos: pertencem-lhes 63% do total. Em cada zona, elaborada para o seu estudo, predominam em relação às mulheres e decrescem, em cada agrupamento, em relação ao anterior. O sexo feminino, quanto a este último aspecto, apresenta algumas excepções.

As mulheres do termo, atraídas pela cidade, são pouco mais de metade dos homens (51,7%). Nos concelhos vizinhos e nos limítrofes destes, a proporção modifica-se: atingem agora 80%. Embora os homens continuem a ser os emigrantes mais numerosos, as mulheres destes locais, atraídas talvez pelos serviços domésticos, emigram já quase tanto como os homens. Na zona seguinte, a proporção decresce de 60%, mas mantém-se ainda elevada (73,9%), talvez pelas mesmas razões. A partir do agrupamento seguinte, a emigração torna-se predominantemente masculina. Mas se na zona abrangida pelo Porto, Lamego e Lisboa a proporção das mulheres é de 26,8%, na seguinte atinge 37,6%. Baixa para 20%, porém, a sul de Beja e Évora.

Assim, a proporção das mulheres nem sempre decresce em relação ao afastamento do centro. Conclua-se, porém: 89,1% do seu efectivo tem origem confinada nos limites de Aveiro-Viseu-Guarda-Tomar-Leiria. Uma vasta zona, como se sabe, também de migração interna para sul do Tejo.

Os homens, andarilhos por natureza, chegam mais de longe em proporções um pouco maiores. Ultrapassando o número das mulheres, os homens imigrantes iriam aumentar a taxa de masculinidade da população coimbrã, se os autóctones, por sua vez, não emigrassem em quantidades idênticas. Mesmo que esta sangria se tivesse efectuado, a proporção dos homens, em relação às mulheres, seria talvez muito grande em virtude da presença dos escolares.

Os migrantes nubentes são, na maioria, indivíduos que vêm aprender um ofício ou dedicar-se a serviços domésticos. Muitos dos noivos, por exemplo, aparecem com a profissão de criados. Chegaram a Coimbra, certamente, em idade jovem. Desconhecemos, no entanto, a sua idade média do casamento. Na cidade de Viseu, a avaliar pelos dados conhecidos a partir de 1868, os não naturais casavam, em termos médios, tardiamente, sendo mais novos, no entanto, os «imigrantes» das freguesias do concelho. Um ponto diferencial a esclarecer, com

importância, certamente, não apenas para o estudo dos comportamentos dos migrantes ¹⁰³.

As zonas por que distribuímos, até aqui, os não naturais, andam à volta de um ponto central: a cidade de Coimbra. Outros agrupamentos, horizontais e verticais, mostram-nos, porém, realidades não menos importantes. Uma delas, a reconfirmação dos sentidos norte-sul e este-oeste do movimento das populações portuguesas. Sentidos, obviamente, que necessitam de ser temperados pela consideração de outras predominâncias mais localmente consideradas. Por exemplo, para a freguesia Ocidental de Viseu, entre 1808 e 1878, não foi do norte, mas do sul, precisamente da região de Coimbra, que chegou o maior número de nubentes.

O sul do Mondego, se não considerarmos o termo coimbrão, sentiu, com efeito, muito pouco a influência da cidade de Coimbra, exceptuando, naturalmente, a atracção académica. Menos de 10% dos nubentes, no conjunto estabelecido, vieram desta região: dos limites do alfoz ao Algarve. Um pouco mais de 90% chegaram do norte do Mondego. O sentido de marcha é então evidente e as suas razões fáceis de buscar.

Neste caminhar para Coimbra, duas grandes direcções se podem evidenciar: precisamente as já conhecidas de este-oeste e de norte-sul. A primeira, acima do Mondego, tem por origem fundamental os concelhos de Penacova, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Arganil, Góis, Lousã e Miranda do Corvo. Sobretudo Penacova e Mortágua.

Se uma corrente migratória seguiu o curso do Mondego, outra calcorreou as estradas que de Braga, pela região de Aveiro, chegavam a Coimbra. Com efeito, a cidade do Mondego atraiu muito em especial a gente que vivia na vasta área que dos confins do termo coimbrão, do couto de Aguim, se estendia até Aveiro, Feira, Arouca e um

¹⁰³ As médias de 1868 e 1878 aproximam-se, no entanto, dos parâmetros de Santa Eulália estudada por BERTTELL, Caroline — *Homens que partem, mulheres que esperam*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, p. 118. Afastam-se, necessariamente, das médias da segunda metade do século apresentadas por ROWLAND, Robert — *Sistemas matrimoniales en la Peninsula Iberica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional*, in PÉREZ MOREDA, V. e RHER, D. S., edit — *Demografía histórica en España*. Madrid, Ediciones El Arquero, 1988, p. 113.

pouco pelo Vale do Vouga. Um outro centro emissor bem demarcado situava-se no arcebispado de Braga. O Minho e Trás-os-Montes enviou uns 7% dos nubentes para Coimbra entre 1537 e 1640. Movimento que continuou nos séculos seguintes, atingindo percentagem idêntica no século XIX (1804-1884).

Em 1890, de acordo com os dados do censo deste ano, os não naturais de Coimbra somavam 19,6% da sua população. Dos não naturais, nas primeiras décadas do século XIX, pode fazer-se uma ideia bastante aproximada através das listas das companhias das ordenanças militares, as quais, considere-se, não se encontram formadas por paróquias nem cobrem documentalmente, no estado actual, todo o espaço citadino.

Na área de S. Bartolomeu da segunda companhia — uma das paróquias do trabalho manual — os não naturais da cidade representavam 37,5% dos recenseados entre os 15 e os 60 anos ao longo de 1812-1833. De fora da cidade, mas dentro do distrito de Coimbra, chegaram 20,3%. De além distrito vieram 27,1%.

Nesta freguesia, os recenseados naturais de além-Douro representam 35% dos de fora do distrito de Coimbra e os do distrito de Viseu 15%. No conjunto dos exteriores à cidade, estas percentagens representam, respectivamente, 20% e 9% dos migrantes.

De além-Douro, nomeadamente do distrito de Braga, continuam, assim, na primeira metade do século XIX, a chegar larga percentagem de profissionais, sobressaindo agora os negociantes e os caixeiros. Estes atingem, em duas companhias da cidade (2^a e 3^a), que discriminam 534 profissionais, 12,7% e 13,2%, respectivamente. Na área de S. Bartolomeu da segunda companhia, 28% dos negociantes e 42% dos caixeiros, residentes em Coimbra entre 1812 e 1833, são oriundos de Entre Douro e Minho (e Trás-os-Montes).

Parece depreender-se da análise destas listas, como revelam as áreas da 5^a companhia, que os imigrantes de Coimbra se espalham por toda a área urbana, suburbana e rural das freguesias citadinas¹⁰⁴. Para as suburbanas e parte rural, no entanto, encaminham-

¹⁰⁴ Recolhi a documentação respeitante às ordenanças a partir de 1764. (Há lacunas documentais). A freguesia de S. Bartolomeu foi explorada sob minha orientação, para trabalho escolar, por Anísio Miguel Sousa Saraiva. Os cálculos são meus.

-se os detentores de profissões menos valorizadas, chegando algumas delas, em certos locais, a sugerirem mais a aldeia do que a cidade. Por hipótese — que não podemos testar — será destas áreas que certos imigrantes, em busca da mobilidade social, passarão, numa segunda etapa, para o centro urbano propriamente dito¹⁰⁵.

Migrantes que, no seu conjunto, como acontecia pelo menos entre 1537-1640, procurarão a sociabilidade e a solidariedade das origens. Muitas vezes, com efeito, as uniões de dois «estrangeiros» verificam-se entre indivíduos da mesma zona de origem. As pessoas que vieram dos mesmos lugares ou de sítios próximos tendem a aproximar-se mais através do casamento. Um assunto que bem merece ser explorado.

6.3. Um tipo de mobilidade que se reflectia bem em Coimbra como cidade universitária, era a dos escolares. A origem geográfica dos graduados das faculdades maiores, de 1700 a 1771, é hoje bem conhecida e constitui uma complementaridade preciosa para se entenderem as desigualdades regionais, assinaladas já através dos caminhos das migrações internas do trabalho.

O perfil dos bacharéis formados em Cânones, de 1700 a 1771, delimita bem duas zonas distintas separadas pelo Tejo. Para norte, a mancha das origens espalha-se pelo litoral, alastrando para o centro entre o Mondego e o Douro. Do Mondego ao Norte Atlântico observa-se uma mancha mais carregada, acima dos mínimos médios. O litoral, de Lisboa ao Norte Atlântico, inscreve 75,26 % dos canonistas. O Minho, só por si, absorve 25,2 % do total.

O sul de Lisboa é muito deficitário, com desvios negativos em todas as Faculdades. (Mas é preciso acrescentar a força centrípeta da Universidade de Évora (1559-1759), aqui não considerada). O interior junto à fronteira espanhola apresenta-se com uma mancha carregada na Beira e Nordeste Trasmontano.

Imagens a reflectirem os desvios demográficos e os níveis económicos, situando-se «os picos de maior concentração no alinhamento dos agregados populacionais de maior importância» (F. Taveira).

¹⁰⁵ Cf. também ROSENAL, P.-H., *art. cit.*, p. 1422. Grande parte da migração para Logroño «efectuaba desplazamientos graduais antes de llegar». (LÁZARO RUIZ, Mercedes (e outros) — *La inmigración a la ciudad de Logroño durante el Antiguo Régimen*, «Boletín de la ADH», 1991, IX, 2, p. 28.

O perfil da Faculdade de Leis é semelhante ao de Cânones, mas com menos efectivos. Os médicos seguiram figuras espaciais diferentes em virtude da mobilidade social permitida pelo financiamento público da sua frequência. Os teólogos, por sua vez, estão dependentes das respectivas casas religiosas.

O peso «urbano» de todas as Faculdades é de 47,1 %. Mas a maior percentagem pertence à Faculdade de Leis (56,25 %) e Medicina (52,6 %), o que dá aos canonistas (44,37 %) uma componente mais rural do que urbana ¹⁰⁶.

6.4. Um outro tipo de mobilidade que se pode estudar é a dos cristãos-novos. Os processos da Inquisição, distinguindo naturalidade e residência permitem, com efeito, cartografar a sua mobilidade. Para a área da Inquisição de Évora, por exemplo, os cristãos-novos, no período de 1544-1668, vieram de mais de 130 lugares fora da jurisdição deste tribunal. Só do Algarve, contados nas povoações com mais de 20 vítimas, chegaram pelo menos 367 ¹⁰⁷.

Alguns dos cristãos-novos emigraram para Espanha, havendo tanto no século XVII como no XVIII, uma «minoria significativa» em Málaga, «cidade aberta ao comércio internacional», como também, por exemplo, em Madrid e Sevilha no período filipino. Os que foram processados na Inquisição de Granada na primeira metade do século XVIII, nascidos em Portugal, representam 4 % ¹⁰⁸. A estes se juntaram, na Andaluzia e outras partes de Espanha, muitos outros portugueses, alguns dos quais já encontrámos nas migrações estacionais. Alguns deles residiam, ou sazonalmente estanciavam, em Jerez de la Frontera pelo menos desde o século XV, formando já nos inícios

¹⁰⁶ Vide FONSECA, Fernando Taveira da — *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra, 1992, p. 123 ss. (Diss. de doutoramento, polic., prestes a sair impressa).

¹⁰⁷ Vide COELHO, António Borges — *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*. I vol., Lisboa, Caminho, 1987, pp. 165 ss. e 295 ss.; dados aproveitáveis também em AFONSO, Aniceto e GUERREIRO, Maria — *Subsídios para o estudo da inquisição portuguesa no século XIX*, in «Inquisição». Vol. III. Lisboa, SPESXVIII, 1990, p. 1254 ss.

¹⁰⁸ LERA GARCIA, Rafael de — *Gran ofensiva antijudía de la Inquisición de Granada (1715-27)*, in «Inquisição». Vol. III. Lisboa, SPESXVIII, 1990, p. 1096-1097.

do século XVI uma importante colónia. Dois terços destes emigrantes (65,1%), nos séculos XVI-XVIII, eram oriundos do norte do Tejo, sendo 24,4% do arcebispado de Braga¹⁰⁹. Nos finais de setecentos, fabricantes de chapéus do Minho emigram para a Galiza (F. Sousa). No século XIX, muitos dos jovens minhotos em idade de serviço militar seguem caminho idêntico¹¹⁰. Do Algarve, por sua vez, saem para o litoral espanhol, em 1790, uns 2.500 pescadores¹¹¹.

E do Algarve, no verão, partia gente para as ceifas em S. Miguel (Açores), mas havendo-se os algarvios instalado sobretudo em Santa Maria (Orlando Ribeiro). Para S. Miguel quinhentista dirigiram-se de modo especial, pelo menos para alguns lugares, os migrantes de Entre Douro e Minho. Com efeito, de um elenco de 137 «famílias/indivíduos», recenseadas na obra de Gaspar Frutuoso, quase metade das do continente vieram daquela comarca. Do Algarve chegaram, neste sub-conjunto, 25%. E no século XVI (1542-1600), 56% dos oriundos do continente que casaram em Ribeira Grande eram naturais de Entre Douro e Minho. Para esta (e outras ilhas) chegaram igualmente portugueses vindos das restantes comarcas, assim como castelhanos, entre outros estrangeiros¹¹².

¹⁰⁹ PÉREZ CEBADA, Juan Diego, *art. cit.*

¹¹⁰ RODRIGUES, Henriques Fernandes — *Emigração clandestina de portugueses para Espanha no século XIX. (Análise dos livros de recenseamento militar, 1855-65, in «I Conferencia Europea de la Comision Internacional de Demografia Historica», cit., vol II, pp. 309-326.*

¹¹¹ LOBO, Constantino Botelho — *Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo*, in «Memórias da Academia [...]», tomo III, p. 264.

¹¹² RIBEIRO, Orlando — *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa, ESPS, 1992, p. 24 ss., distinguindo bem entre os primeiros povoadores e a migração do século XVI; SANTOS, João Marinho dos — *Os Açores nos séculos XV e XVI*. Coimbra, 1987, I vol., cap. 3.º, p. 170 ss. (há outra ed., impressa, da Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores, 1990); TAVARES, Marília — *Os casamentos na Ribeira Grande durante o século XVI (1542-1600)*, in «Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)». Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984, pp. 48-74-94; (cálculo meu, a partir dos dados apresentados); GODINHO, V. Magalhães — *L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde*, «Revista de Hist. Econ. e Soc.» n.º 1, 1978, pp. 19-20. (Urge estudar os registos paroquiais dos Açores do século XVI que eventualmente existam).

A documentação acusa igualmente a presença de algarvios em Cabo Verde e Madeira. Aqui teriam chegado, de acordo com a *Relação de Francisco Alcoforado*, nos inícios do povoamento¹¹³. Mas no século XVI, pelo menos na freguesia da Sé (Funchal), os que casaram, vindos do continente, deslocaram-se, entre estes, sobretudo de Entre Douro e Minho (86%). Do Algarve chegaram 5% e de Lisboa 9% do conjunto continental¹¹⁴. Origens nortenhas que poderão continuar a sobressair na imigração da Madeira do século XVII, mas não no período de 1670 a 1890. Com efeito, os nubentes do Sul do Tejo, neles englobando a forte presença de Lisboa (28%), passam então a predominar entre os portugueses do continente (62%). Os do norte (24%) e centro (14%) do país seriam uns 38%¹¹⁵. Nas Canárias, por sua vez, se instalaram também portugueses de origem diversa¹¹⁶.

¹¹³ GONÇALVES, Ernesto — *Portugal e a Ilha. Colectânea de estudos históricos e Literários*. Funchal, CEHA, 1992, p. 250. Os povoadores de Porto Santo teriam vindo do Algarve, segundo Orlando Ribeiro, baseado na mó de braço. (*Ob. cit.*, p. 98). A metodologia, no entanto, precisa de ser revista, tanto para o arquipélago da Madeira como para o dos Açores, dado que a mó de braço, difundida por todo o continente, não era característica apenas do Algarve. Uma outra área a considerar é, precisamente, «o litoral de Caminha a Aveiro». Cf. OLIVEIRA, Ernesto Veiga e outros — *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem*. Lisboa, INIC/Centro de Estudos de Etnologia, 1983, p. 31 ss.

¹¹⁴ Cálculos estabelecidos a partir do gráfico de MELO, L. F. S. — *A imigração na Madeira*, «História e Sociedade», Lisboa, n.º 6, 1979, p. 50. (Âmbito cronológico: 1539-1600; gráfico reproduzido em SPRANGER, Ana Isabel e outros, *Antologia de textos*, Funchal, 1984, p. 51). Agradecemos ao Prezado Colega Prof. Aurélio de Oliveira a indicação de mais este quadro. O número da revista não existe na BUC e BNL ou, pelo menos, foram baldados os meus longos e rocambolescos esforços para a encontrar.

¹¹⁵ Cálculos efectuados a partir do trabalho escolar, realizado por sondagem, de FARIA, Lina da Conceição Abreu — *Estudo da mobilidade interna das freguesias de Nossa Senhora do Monte e Sé (1670-1890)*. Coimbra, 1993.

¹¹⁶ Cf., por exemplo, BONNET, S. — *Familias portuguesas en La Laguna en el siglo XVII*, «R.H.C.», 93-94, 1951. (Cit. por Pérez Cebada no trabalho da nota 54 supra, com bibliografia). E também: MARTÍN SOCAS, Margarida I. e LOBO CABRERA, Manuel — *Emigración y comercio entre Madeira y Canarias en el siglo XVI*, in «Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)», cit., pp. 678-700. Neste mesmo vol., pp. 352-377, há dados sobre a emigração de açoreanos para as Canárias.

7. As deslocações internas permanentes, para além da mobilidade matrimonial entre as aldeias, dão-se, efectivamente, em favor das cidades e vilas, as quais têm também os seus saldos migratórios, positivos ou negativos ¹¹⁷.

Entre 1864 e 1900, o crescimento das cidades, vilas e aldeias do reino (incluindo Madeira e Açores) foi, respectivamente, de 77 %, 30 % e 22 %, cálculos efectuados a partir das nomenclaturas das circunscrições administrativas dos aglomerados considerados ¹¹⁸. Situação, atente-se, nos finais do século XIX, impulsionada pelo desenvolvimento da indústria e dos serviços, mas certamente bastante diferente nos séculos XVI a XVIII, pelo menos no Algarve. Aqui, no século XVI, atinge-se um elevado nível de urbanização. De 1591 a 1776, porém, «a sociedade algarvia ruraliza-se e desurbaniza-se». O todo algarvio ganha 76 % da população no período considerado, mas as «cidades» perdem 12 % ¹¹⁹. Situação que, para a generalidade do país, não subcreveriam os autores das «Memórias Económicas», editadas pela Academia das Ciências de Lisboa, entre 1789 e 1815, ao sustentarem a diminuição do número de cultivadores ¹²⁰. Nos inícios do século XIX, tanto a França como a Inglaterra, por exemplo, eram países crivados de pequenas «villes», de «country-towns». Em França contavam-se então 130 «villes» com uma população entre 5.000 e 7.500 habitantes ¹²¹. Em Portugal, em 1801, nota-se igualmente uma maioria de pequenos aglomerados urbanos. Com efeito, as cidades e vilas, com mais de 5.000 habitantes, eram 25. Acima de 10.000, no entanto, apenas 10 (F. Sousa).

¹¹⁷ «Nas cidades alemãs, em 1881, a taxa de imigração era de 14 % e a emigração de 11 %; em 1912 as taxas atingiam, respectivamente, 18 e 16 %». (BAINES, Dudley, *art. cit.*, p. 131).

¹¹⁸ PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre câmbio e desenvolvimento económico*, cit., p. 42 e Quadro IV (p. 398), o qual, nos totais, representa a população do continente e ilhas adjacentes de acordo com os dados publicados nos censos. Uma outra observação em VIEIRA, António Pedro Lopes — *Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural*, «Revista de História Económica e Social», n.º 1, 1978.

¹¹⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero — *O Algarve económico*, cit., pp. 103-104.

¹²⁰ *Memórias Económicas [...]*. Tomo I, p. 133, 155 e 187.

¹²¹ DUPÂQUIER, J. (dir.) — *Histoire de la population française*. Tome III. De 1789 à 1914. Paris, PUF, 1988, p. 177.

A situação francesa e inglesa é ultrapassada depois de 1840¹²². A estrutura urbana de Portugal do início do século XIX manter-se-á, porém, até 1864¹²³, momento a partir do qual o desenvolvimento do caminho de ferro e outros condicionalismos vão permitir um acelerar do nível urbano.

Entre 1864 (data do primeiro recenseamento moderno) e 1940, a população urbana foi crescendo e a rural diminuindo. Com efeito, a população urbana, em 1864, representava apenas 11,4% da população total. (Cálculos de Amorim Girão, que neste ponto seguimos, sem considerarmos o problema da definição de população urbana).

Portugal era, assim, um país com um pequeno nível de urbanização, sendo a população «progressivamente desviada da terra para outras formas de ocupação»¹²⁴. Mas continuava, no final do século XIX, a ter uma população predominantemente agrícola, o que não permite falar de êxodo rural (O. Ribeiro).

Em 1801-1802, 70,4% da população vivia ainda em freguesias com menos de 2.000 habitantes (F. Sousa). Apenas duas grandes cidades (Lisboa e Porto), já demarcadas no século XVI, continuavam a sobressair.

Lisboa, com um perímetro urbano dividido em 24 paróquias pelo menos nos meados do século XVI, tinha 35 freguesias já em 1620 e 40 nos finais do século XVIII. Dos 13 ou 14.000 fogos em 1528, atinge cerca de 18.000 antes de 1551 e estava a caminho dos 27.000 por volta de 1620¹²⁵. Crescimento quinhentista à custa da mobilidade interna, a qual narrativamente está bem documentada. No início do século

¹²² A população urbana inglesa subiu de 20% em 1800 para 60% em 1900 (BAINES, Dudley, *art. cit.*, p. 1228). No início do século XIX, as 22 cidades de Portugal albergavam 11,6% da população total (F. Sousa).

¹²³ GODINHO, V. M. — *Estrutura [...]*, cit., p. 35; SOUSA, Fernando, *ob. cit.*, p. 230.

¹²⁴ GIRÃO, Aristides de Amorim — *Estudos da população portuguesa. II. Actividade Económica*. Coimbra, 1947, p. 13. Sep. de «Biblos», vol. XXII; idem, *Origens e evolução do urbanismo em Portugal*, «Revista do Centro de Estudos Demográficos», n.º 1, pp. 41-76.

¹²⁵ Vide, entre outros: RODRIGUES, Teresa — *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990; SILVA, Augusto Vieira da — *A população de Lisboa* in «Dispensos». Lisboa, CML, 1960, vol. II, p. 13 ss.; OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de — *Lisboa em 1551. Sumário*. Lisboa, Livros Horizonte, 1987; OLIVEIRA,

XIX pouco ultrapassava os 44.000 fogos. Em 1890, porém, em pouco menos de um século, a população «urbana» salta para 300.000 indivíduos, atingindo em 1900 os 356.000 (distribuídos por 42 freguesias) e, em 1911, mais de 430.000. (O Porto, em 1864, tinha cerca de metade da população de Lisboa).

Entre 1890 e 1900, a variação de naturais do seu distrito foi de 1,8%. Do resto do país, 10,1% ¹²⁶. Em 1890, 43,7% da sua população, excluindo estrangeiros, tinha nascido fora da cidade. O Porto, por sua vez, albergava 40,1% de não naturais. E por volta de 1940 a população destas duas cidades estava a aumentar mais «que todas as outras 34 cidades do país» ¹²⁷. Em 1981, as suas áreas metropolitanas, representando 4% da área do país, abrangiam 33% da população portuguesa ¹²⁸.

Grau de urbanização já bem delineado em 1890-1900. Neste decénio, a dispersão dos movimentos concelhios reflectia, como nota A. Girão, uma dispersão de actividades que depois se concentraram ou desapareceram, nomeadamente as da pesca, mineração e comunicações (ferroviárias e fluviais). Os centros de atracção de grande raio de acção, os movimentos interdistritais, localizam-se sobretudo nas bacias inferiores do Tejo e do Sado, por um lado; por outro, no Douro Litoral.

8. Concluindo: A navegação, conquista e colonização de vasto império, iniciado em 1415, mobilizou muitos portugueses, do campo e da cidade. Mobilidade exprimindo a do interior ou seu acicate.

Tanto para fora do reino como no seu interior são minorias que se movimentam. Em 1890, os não naturais residentes nos diversos concelhos do continente somavam pouco mais de 10% da população total. Quantos seriam os que de modo permanente ou temporário se

Frei Nicolau de — *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa, Vega, 1972; SOUSA, Fernando de, *ob. cit.*, p. 205 ss. As fontes levantam múltiplos problemas que não podem ser abordados aqui.

¹²⁶ Cálculos de GIRÃO, A. A. — *Estudos da população portuguesa, III*, cit.

¹²⁷ GIRÃO, A. A. — *Estudos da população portuguesa, II*, cit.

¹²⁸ DAVEAU, Suzanne, *Geografia*, III, p. 899.

deslocavam das suas residências, em busca de melhores condições de vida, nos séculos XVI-XVIII?

Saíam de todos os lugares, certamente. Na primeira metade do século XVII, os que vão residir para além-Guadiana não são mais do que um ou dois de cada lugar. Números mínimos. Todos, permanentes e temporários, são aos milhares. Quantos? Trinta, quarenta por cento dos que casam nos aglomerados maiores. Partem em busca de pão menos amargo, da procura da mobilidade social. Escudeiro que segue qualquer prosápia nos séculos XVI e XVII, camponês à procura de ofício mecânico na cidade, escolar que procura grau universitário, trabalhador agrícola que estacionalmente acorre onde a mão-de-obra é melhor remunerada. Gente que se acoita e afoita na cidade, «espaço vivido e investido».